



ESTADO DO PARANÁ



Folha 1

Órgão Cadastro:	SEED/NRE PBC		Protocolo:
Em:	31/07/2023 19:28		20.828.845-8
Interessado 1:	COLÉGIO ESTADUAL CRISTO REI - EFM		
Interessado 2:			
Assunto:	AREA DE ENSINO	Cidade:	PATO BRANCO / PR
Palavras-chave:	PROJETO		
Nº/Ano	35/2023		
Detalhamento:	PPP 2023 PARA APROVAÇÃO		
Código TTD:	-		

Para informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo>



Colégio Estadual Cristo Rei – EFM
Rua Xavier da Silva, 356 – Pinheirinho
Fone: (46) 3223-1671 e-mail: pbccristorei@seed.pr.gov.br
Pato Branco - PR

Ofício 035/2023

Pato Branco, 31 de julho de 2023.

Prezado Senhor

Solicito homologação do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Cristo Rei - EFM.

Atenciosamente.

Heloisa Cristina Rampi Marchioro

Diretora

MARCELO OLTRAMARI

Chefe do NRE de Pato Branco

Pato Branco - PR



ePROCOLO



Documento: **oficio35ppp23.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ederson Oli Caldato (XXX.187.959-XX)** em 31/07/2023 19:34 Local: PBC187000106.

Inserido ao protocolo **20.828.845-8** por: **Ederson Oli Caldato** em: 31/07/2023 19:32.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
45637ce1470810814d77bd6de4a55050.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO
ESPORTE DIRETORIA DE EDUCAÇÃO –
DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR –
DPGE



ANEXO I

DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE N.º 001/2023 emitida pelo Conselho
Escolar da Instituição de Ensino

ASSUNTO: Declaração de Legalidade referente ao Projeto Político-Pedagógico

O COLÉGIO ESTADUAL CRISTO REI - EFM apresenta o **Projeto Político-Pedagógico** elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

O Conselho Escolar emite a presente Declaração que resulta da verificação da legalidade do Projeto Político-Pedagógico da referida Instituição.

O presente Projeto Político-Pedagógico atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9.394/96, da Deliberação n.º 02/2018 - CP/CEE/PR, da Deliberação n.º 03/2018 – CP/CEE/PR e o Parecer Normativo n.º 01/2019 – CP/CEE/PR e demais legislações vigentes.

É a Declaração.

Pato Branco, 31 de julho de 2023

HELOISA CRISTINA RAMPI MARCHIORO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

1 A Declaração de Legalidade, bem como o Checklist referentes as instituições públicas estaduais, deverão ser emitidos pelo Conselho Escolar.

Av. Água Verde, 2140 | Vila Isabel | Curitiba/PR | CEP 80240.900 | Brasil | Fone:41 3340.1500

www.educacao.pr.gov.br



ePROCOLO



Documento: **DECLEGALIDADEANEXO1.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ederson Oli Caldato (XXX.187.959-XX)** em 31/07/2023 19:34 Local: PBC187000106.

Inserido ao protocolo **20.828.845-8** por: **Ederson Oli Caldato** em: 31/07/2023 19:32.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
8d49a56cbd80460c7f7e853695e97fb8.



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR – DPGE**



ANEXO II

CHECKLIST (LISTA DE VERIFICAÇÃO) DO PPP

1. Identificação

NRE	PATO BRANCO
Município	PATO BRANCO
Instituição	COLÉGIO ESTADUAL CRISTO REI - EFM
Especificidade	() campo (X) urbana () indígena () quilombola () ilhas () casa familiar rural () itinerante

Marque com um X nos campos “sim” ou “não”, conforme o que a instituição oferta.

	SIM	NÃO
Educação Infantil		X
EF Anos Iniciais (1º ao 5º ano)		X
EF Anos Finais (6º ao 9º ano)	X	
EF Anos Finais (6º ao 9º ano) em Tempo Integral		X
Ensino Médio	X	
Ensino Médio em Tempo Integral		X
Ed. Especial		X
EJA		X
Ed. Profissional (Cursos)		X
CEEBJA		X



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR – DPGE**



Etapa	Organização	Avaliação (bimestral, trimestral ou semestral)	Organização curricular (por componente e curricular ou área do conhecimento)
	(ano ou ciclo)		
Educação Infantil			
EF Anos Iniciais			
EF Anos Finais	6º A 9º ANOS	TRIMESTRAL	X
Ensino Médio	1ª E 2ª NEM, 3ª EM	TRIMESTRAL	X
Educação Especial			
EJA			
Educação Profissional (Cursos)			
CEEBJA			

Turnos	Quantidade de turmas	Quantidade de estudantes
Manhã	05	148
Tarde	05	130
Noite	03	83

2. Elementos situacionais (diagnóstico)

Marque com um X nos campos “sim” ou “não” em relação aos itens que constam no PPP

	SIM	NÃO
A identificação da escola e da mantenedora	X	
O histórico da instituição, descrição da população que frequenta a escola e da comunidade em que está inserida.	X	
Rendimento Escolar (aprovação, aprovação por Conselho de Classe, reprovação e abandono)	X	
Indicadores educacionais observados nas avaliações externas	X	
(IDEB/SAEB/Prova Paraná Mais) das duas últimas aplicações	X	
As condições físicas e materiais, a organização dos tempos e espaços	X	



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR – DPGE

Av. Água Verde, 2140 | Vila Isabel | Curitiba/PR | CEP 80240.900 | Brasil | Fone:41 3340.1500

www.educacao.pr.gov.br





**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR – DPGE**



A organização das aulas não presenciais durante o período de pandemia (aulas síncronas e assíncronas, meets, material impresso, ensino híbrido e revezamento)	X	
As necessidades de avanços da prática pedagógica	X	
Sistema de avaliação , oferta das avaliações/recuperações, as etapas do Conselho de Classe, proposta de intensificação da aprendizagem	X	
Oferta de estágio obrigatório e não obrigatório	X	
O funcionamento das Instâncias Colegiadas articulado à gestão pedagógica	X	

3. Elementos conceituais

Marque com um X nos campos “sim” ou “não” em relação aos itens que constam no PPP

	SIM	NÃO
Objetivos da instituição de ensino e metas	X	
Homem, sociedade, educação, ensino remoto, ensino híbrido	X	
Estágio obrigatório, currículo, habilidades e competências	X	
Processo ensino-aprendizagem, metodologia e recursos didáticos	X	
Avaliação da aprendizagem	X	
Formação continuada	X	
Clima escolar	X	

4. Elementos Operacionais

4.1. Plano de ação

Marque com um X nos campos “sim” ou “não” em relação aos itens que constam no PLANO DE AÇÃO

	SIM	NÃO
4.1.1 Elementos Específicos e detalhamento das ações para:		
Acompanhamento da frequência escolar, busca ativa, abandono escolar, defasagem da aprendizagem	X	
Melhoria da aprendizagem, leitura, interpretação e escrita	X	
Melhoria da aprendizagem na resolução de problemas e problematização	X	
Melhoria do clima escolar	X	



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR – DPGE**



Organização do atendimento especializado para os estudantes com deficiências e altas habilidades	X	
Organização do Conselho de Classe (antes, durante e depois)	X	
Avaliação e recuperação de estudos	X	
4.1.2 Elementos Comuns:		
Estágio obrigatório e não obrigatório, incluindo a operacionalização (inclusive de parcerias);	X	
Organização do atendimento educacional especializado (AEE) para os estudantes com deficiências, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento;	X	
Ações de organização da instituição de ensino frente a formação continuada em serviço como: Estudo e Planejamento, acompanhamento pedagógico realizado pela tutoria pedagógica, acompanhamento da hora-atividade, observação de sala de aula e feedback formativo, participação no Grupo de Estudos: Formadores em Ação e nas webinars no Canal do Professor, entre outros.	X	
Ações didático-pedagógicas como programas, projetos, atividades complementares de ampliação de jornada, inclusive o Programa Presente na Escola, o Programa Mais Aprendizagem, o Programa Aluno Monitor,	X	
Articulação/comunicação e engajamento com as famílias, comunidade e instâncias colegiadas	X	
Organização da avaliação, recuperação de estudos, conselho de classe (antes, durante e depois) e intensificação da aprendizagem	X	
Processos de classificação e reclassificação	X	

4.2. Proposta Pedagógica Curricular

Marque com um X nos campos “sim” ou “não” para os itens presentes na organização curricular da **Educação Infantil**, caso oferte essa etapa da Educação Básica.

	SIM	NÃO
Quadro organizador conforme Referencial Curricular do Paraná. (Campo de Experiência, Saberes e Conhecimento, Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento), correspondentes às idades das crianças		X
Estratégias de Ensino (Interações e Brincadeiras)		X
Avaliação		X
Referências		X
Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental		X



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO
ESPORTE DIRETORIA DE EDUCAÇÃO –
DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR –
DPGE**





**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR – DPGE**



Marque sim ou não para os itens presentes em cada um dos Componentes Curriculares do **Ensino Fundamental**:

	SIM	NÃO
Calendário Escolar	X	
Matriz Curricular	X	
Quadro organizador, conforme Currículo da Rede Estadual do Paranaense	X	
Metodologia e estratégias de ensino	X	
Proposta de Avaliação	X	
Ambientes, espaços, materiais a serem utilizados para a implementação da proposta	X	
Plano de Estágio Não Obrigatório	X	

Os elementos descritos acima estão de acordo com a Deliberação n.º 02/2018 - CEE/PR. É importante ressaltar que a elaboração da Proposta Pedagógica Curricular deve contemplar os conteúdos previstos no Currículo da Rede Estadual e, se for o caso, conteúdos considerados relevantes pela comunidade escolar.



ePROTOCOLO



Documento: **CHECKLIST.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ederson Oli Caldato (XXX.187.959-XX)** em 31/07/2023 19:34 Local: PBC187000106.

Inserido ao protocolo **20.828.845-8** por: **Ederson Oli Caldato** em: 31/07/2023 19:33.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
2707c5fc66fc33b5bd8eafa979118457.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO
ESPORTE DIRETORIA DE EDUCAÇÃO –
DEDUC
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR –
DPGE



ANEXO V

(Declaração de Legalidade a ser emitida pelo Conselho Escolar das
Instituições Públicas Estaduais)

DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE N.º 001/2023 emitida pelo Conselho
Escolar do Colégio Cristo Rei - EFM

ASSUNTO: Declaração de Legalidade referente ao Regimento Escolar

O COLÉGIO ESTADUAL CRISTO REI - EFM apresenta o Regimento Escolar elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo Conselho Escolar.

O Conselho Escolar emite a presente Declaração que resulta da verificação da legalidade do Regimento Escolar da referida Instituição.

O presente Regimento Escolar atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9.394/96, da Deliberação n.º 02/2018 - CP/CEE/PR, da e o Parecer Normativo n.º 01/2019 – CP/CEE/PR e demais legislações vigentes.

É a Declaração.

Pato Branco, 31 de julho de 2023

HELOISA CRISTINA RAMPI MARCHIORO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR



ePROCOLO



Documento: **DECLEGALIDADEANEXO5.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ederson Oli Caldato (XXX.187.959-XX)** em 31/07/2023 19:34 Local: PBC187000106.

Inserido ao protocolo **20.828.845-8** por: **Ederson Oli Caldato** em: 31/07/2023 19:33.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
b8a0fa47d70486f157be3335ddf221b2.

COLÉGIO ESTADUAL CRISTO REI - EFM

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PATO BRANCO – 2023

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico – PPP desta instituição de Ensino apresenta os vários momentos, de estudo e análise, proporcionado para que este documento fosse estruturado e que todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, direta ou indiretamente, participaram e firmaram o compromisso de efetivar o que, democraticamente estivesse exposto nele.

Durante este processo de elaboração todos tinham um mesmo objetivo: a aprendizagem. Surgiram diferentes opiniões e inúmeros foram os debates, para que entrassem em consenso e finalmente acordassem a respeito dos vários conceitos contidos neste documento, o qual é peça fundamental no processo de aprendizagem.

Identifica e descreve os aspectos históricos, a oferta de cursos e turmas, caracteriza a população (pais, alunos, professores, funcionários, direção, sociedade, pedagogos).

O Objetivo Geral do PPP, tem como foco, propiciar a todos a formação básica para a cidadania a partir da criação, na instituição de ensino, de condições de aprendizagem.

No marco conceitual temos a concepção de sociedade baseada em diversos autores e educadores. A concepção de homem é, antes de tudo, o vemos como um ser crítico, que pronuncia-se sobre a realidade que está inserido. A concepção de educação voltada para o aperfeiçoamento do homem que dela necessita para construir e transformar a realidade. A concepção de conhecimento que não ocorre individualmente. Ele acontece no social gerando mudanças interna e externa no cidadão e nas relações sociais, tendo sempre uma intencionalidade. A concepção de escola onde os conhecimentos construídos no ambiente escolar ganham sentido quando há interação contínua e permanente entre o saber escolar e os demais saberes, entre o que o aluno aprende na escola e o que ele traz para a escola. A concepção de ensino-aprendizagem aborda que os alunos que se realizam na escola serão significativas na medida em que eles consigam estabelecer relações entre os conteúdos escolares e os conhecimentos previamente construídos, que atendam as expectativas, intenções e propósitos de aprendizagem do aluno. A concepção de tecnologia deve ser entendida como

uma ferramenta sofisticada e alternativa no contexto educacional, pois a mesma pode contribuir para o aumento das desigualdades, ou para a inserção social se vista como uma forma de estabelecer mediações entre o aluno e o conhecimento em todas as áreas. A concepção de avaliação formativa é necessariamente acompanhada de uma intervenção diferenciada, com o que isso supõe em termos de meios de ensino, de organização de horários, mesmo de transformações radicais das estruturas escolares.

O acesso e permanência na escola, a inclusão, a capacitação continuada para profissionais da educação, a qualidade do ensino-aprendizagem, os temas sociais contemporâneos são questões importantes, urgente e presentes sob várias formas na vida cotidiana, a educação fiscal, a história, cultura afro-brasileira e africana, respeito aos idosos, diversidade de gênero, tem relevância nas questões estudadas e firmadas neste documento desta instituição de ensino.

O currículo da escola é enriquecido com atividades complementares, que na verdade são partes constitutivas do mesmo. A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. Além disso, BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. Essas decisões, que resultam de um processo de envolvimento e participação das famílias e da comunidade.

As matrizes curriculares do Ensino Fundamental e Médio estão definidas neste documento, onde o Ensino Fundamental e Médio são seriados. A escola deve ser aberta e participativa, onde o educando compreende seu momento histórico vivido e possa se comprometer com a ação de transformação de sua própria história e também da sociedade na qual está inserido.

O papel da escola, os conteúdos de ensino, os métodos, o relacionamento professor-aluno, os pressupostos de aprendizagem, a manifestação da prática escolar, a pedagogia progressista, a tendência histórico-crítica e o educador progressista são amplamente descritos e analisados. Em consonância com a BNCC, onde fica evidente que a Educação Básica brasileira deve promover a formação e o desenvolvimento humano global dos alunos, para que sejam capazes de construir uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária. Isso significa orientar-se por uma concepção de Educação Integral (que não se refere ao tempo de permanência do estudante no espaço escolar ou a uma determinada modalidade de escola).

O Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Cristo Rei será o guia da instituição de ensino, nele estão contempladas todas as nossas ações, portanto ele será avaliado constantemente. Porém, no início de cada ano faremos uma reflexão sobre seu conteúdo e renovaremos aquilo que não deu certo, ou aquilo que deverá ser atualizado.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO:.....	11
1.1. Estabelecimento:.....	11
Colégio Estadual Cristo Rei – EFM.....	11
1.2. Município:.....	11
1.3. Endereço:.....	11
Rua Xavier da Silva, nº 356, Bairro Pinheirinho.....	11
1.4. Código do INEP:.....	11
41093348.....	11
1.5. Entidade Mantenedora:.....	11
1.6. Localização:.....	11
1.7. Tipo:.....	12
2. ELEMENTOS SITUACIONAIS (DIAGNÓSTICO).....	13
2.1. Histórico da Instituição:.....	13
2.2. Organização da Instituição Escolar:.....	17
2.3. Organização Funcional:.....	19
2.4. Infraestrutura: ambientes e equipamentos:.....	23
2.5. Instâncias Colegiadas.....	25
2.6. Perfil da Comunidade Escolar:.....	26
2.7. Indicadores educacionais:.....	30
2.8. Organização pedagógica:.....	33
3. ELEMENTOS CONCEITUAIS:.....	42
3.1. Sociedade e Conhecimento.....	42
3.2. Trabalho, Ciência, Tecnologia.....	44
3.3. Cidadania e Desenvolvimento Humano.....	46
3.4. Educação; Ensino e Aprendizagem.....	48
3.5. Alfabetização e Letramento.....	51
3.6. Currículo.....	53
3.7. Educação inclusiva.....	55
3.8. Tecnologias educacionais, mídias digitais e plataformas educacionais.....	56
3.9. Avaliação para a aprendizagem e Recuperação de estudos.....	59
3.10. Gestão Escolar.....	63
3.11. Formação Continuada do professor.....	66
3.12. Clima Escolar.....	70
4. Objetivos e Metas:.....	75
5. ELEMENTOS OPERACIONAIS:.....	77
5.1. Elementos ESPECÍFICOS.....	77
5.2. Elementos COMUNS.....	77
5.3. Outras ações didático-pedagógicas que a escola desenvolve:.....	77

a) Processos de classificação, reclassificação e adaptação.....	77
b) Estágio não obrigatório.....	79
c) Atividades, programas e projetos.....	80
d) Conselho Escolar, APMF, Grêmios Estudantis.....	85
e) Plano de Abandono da Brigada Escolar.....	88
f) A forma de acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico e da avaliação institucional.....	88
g) O Calendário Escolar do ano vigente.....	90
6. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR (PPC):.....	91
6.1 Curso: Ensino Fundamental Regular (anos finais).....	94
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR MATEMÁTICA.....	94
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR LÍNGUA PORTUGUESA.....	94
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR HISTÓRIA.....	94
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR GEOGRAFIA.....	94
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR ENSINO RELIGIOSO.....	94
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR EDUCAÇÃO FÍSICA.....	94
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR CIÊNCIAS.....	95
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR ARTE.....	95
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR LÍNGUA INGLESA.....	95
CURRÍCULO PRIORIZADO.....	95
PENSAMENTO COMPUTACIONAL 2023 (8º E 9º ANOS).....	95
6.1.1 Área de Linguagens e suas tecnologias.....	95
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR LÍNGUA PORTUGUESA	
CURRÍCULO PRIORIZADO.....	95
METODOLOGIA E AVALIAÇÃO.....	96
Tecnologias Educacionais, Mídias Digitais E Plataformas Educacionais.....	96
PLATAFORMAS EDUCACIONAIS.....	98
CURRÍCULO PRIORIZADO – LÍNGUA PORTUGUESA.....	98
CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE (CREP) COMPONENTE..	
99	
CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	99
a) Redação e Leitura (Parte Diversificada).....	99
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR DE REDAÇÃO E LEITURA	
CURRÍCULO PRIORIZADO.....	99
METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP.....	99
LEIA PARANÁ.....	99
REDAÇÃO PARANÁ.....	100
REDAÇÃO E LEITURA.....	100
CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE – COMPONENTE	
CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	100
b) Língua Inglesa (BNCC).....	100
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR LÍNGUA INGLESA CURRÍCULO	

PRIORIZADO.....	100
METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP.....	100
PLATAFORMA INGLÊS PARANÁ.....	101
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR LÍNGUA INGLÊSA CURRÍCULO PRIORIZADO.....	101
c) Arte (BNCC).....	101
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR ARTE CURRÍCULO PRIORIZADO. 101	
METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP.....	101
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR ARTE CURRÍCULO PRIORIZADO. 101	
CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE COMPONENTE CURRICULAR DE ARTE.....	101
d) Educação Física (BNCC).....	102
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR EDUCAÇÃO FÍSICA CURRÍCULO PRIORIZADO.....	102
METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP.....	102
CURRÍCULO PRIORIZADO – EDUCAÇÃO FÍSICA.....	102
CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE COMPONENTE CURRICULAR LÍNGUA INGLESA.....	102
6.1.2 Área de Ciência Humanas e Sociais e Aplicadas.....	102
a) História (BNCC).....	103
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR HISTÓRIA CURRÍCULO PRIORIZADO.....	103
METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP.....	103
CURRÍCULO PRIORIZADO – HISTÓRIA.....	103
CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE COMPONENTE CURRICULAR – HISTÓRIA.....	103
b) Geografia (BNCC).....	103
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR GEOGRAFIA CURRÍCULO PRIORIZADO.....	104
METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP.....	104
CURRÍCULO PRIORIZADO – GEOGRAFIA.....	104
CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE COMPONENTE CURRICULAR – GEOGRAFIA.....	104
c) Ensino Religioso (BNCC).....	104
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR ENSINO RELIGIOSO CURRÍCULO PRIORIZADO.....	104
METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP.....	104
CURRÍCULO PRIORIZADO – ENSINO RELIGIOSO.....	105
CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE COMPONENTE CURRICULAR - ENSINO RELIGIOSO.....	105
6.1.3 Área de Matemática e suas Tecnologias.....	105

a) Matemática (BNCC).....	105
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR MATEMÁTICA CURRÍCULO PRIORIZADO.....	105
METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP.....	105
PLATAFORMA MATEMÁTICA PARANÁ MATIFIC – 6º E 7º ANOS.....	106
PLATAFORMA MATEMÁTICA PARANÁ KHAN ACADEMY – 8º E 9º ANOS	106
CURRÍCULO PRIORIZADO – MATEMÁTICA.....	106
CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE COMPONENTE CURRICULAR - MATEMÁTICA.....	106
6.1.4 Área de Ciência da Natureza e suas Tecnologias.....	106
a) Ciências (BNCC).....	106
QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR CIÊNCIAS CURRÍCULO PRIORIZADO.....	107
METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP.....	107
CURRÍCULO PRIORIZADO – CIÊNCIAS.....	107
CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE COMPONENTE CURRICULAR – CIÊNCIAS.....	107
6.1.5 Pensamento Computacional (Parte Diversificada) - 8º e 9º anos.....	107
EMENTA DE PENSAMENTO COMPUTACIONAL.....	107
PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO.....	108
6.2 ENSINO MÉDIO REGULAR - 1ª e 2ª séries.....	108
MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO REGULAR.....	108
CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO DO PARANÁ: FORMAÇÃO GERAL BÁSICA.....	108
QUADRO ORGANIZADOR FORMAÇÃO GERAL BÁSICA CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO.....	108
ITINERÁRIOS FORMATIVOS 2023.....	109
6.2.1 FORMAÇÃO GERAL BÁSICA.....	109
Área de Linguagens e suas Tecnologias.....	109
QUADRO ORGANIZADOR CURRÍCULO PRIORIZADO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE: ARTE, LÍNGUA PORTUGUESA, LÍNGUA INGLESA E EDUCAÇÃO FÍSICA.....	109
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E APLICADAS.....	110
QUADRO ORGANIZADOR CURRÍCULO PRIORIZADO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE: HISTÓRIA, FILOSOFIA, GEOGRAFIA E SOCIOLOGIA.....	110
ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS.....	110
QUADRO ORGANIZADOR CURRÍCULO PRIORIZADO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE: BIOLOGIA, FÍSICA, E QUÍMICA...	110
ÁREA DE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS.....	111
QUADRO ORGANIZADOR CURRÍCULO PRIORIZADO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE: MATEMÁTICA.....	111
6.2.2 Parte Flexível Obrigatória.....	111

EMENTAS DA PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA PROJETO DE VIDA, EDUCAÇÃO FINANCEIRA, PENSAMENTO COMPUTACIONAL.....	111
PROJETO DE VIDA.....	112
6.2.3 Parte Flexível: Itinerários Formativos Integrados.....	112
Trilhas de Aprendizagem (CHS e LGG).....	112
6.3 ENSINO MÉDIO REGULAR - 3ª série.....	112



1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

1.1. Estabelecimento:

Colégio Estadual Cristo Rei – EFM

Telefone/ Fax (46) 3223 1671, e-mail institucional é pbccristorei@seed.pr.gov.br

1.2. Município:

Pato Branco – PR.

NRE: Núcleo Regional de Pato Branco.

1.3. Endereço:

Rua Xavier da Silva, nº 356, Bairro Pinheirinho.

1.4. Código do INEP:

41093348

1.5. Entidade Mantenedora:

Governo do Estado do Paraná -SEED

1.6. Localização:

O Colégio Estadual Cristo Rei – EFM está localizado na região urbana zona sul do município, a matrícula prioriza o georreferenciamento, buscando

atender a demanda dos alunos do Bairro Pinheirinho, Jardim Floresta, Santa Fé, Santa Terezinha, Morumbi, Cristo Rei e outros.

1.7. Tipo:

O estabelecimento de ensino oferta Ensino Regular.

2. ELEMENTOS SITUACIONAIS (DIAGNÓSTICO)

2.1. Histórico da Instituição:

O Colégio Estadual Cristo Rei iniciou suas atividades em 03/03/1960, com a primeira professora, a Sra. Ivair Sabino, na Avenida Tupi nº 32, Bairro Cristo Rei, mantida pela Prefeitura Municipal de Pato Branco, para atender alunos de 1ª a 4ª série. Em 1979 assumiu a primeira diretora professora Belony Correa, e a escola atendia 143 alunos.

Em 1981, conforme Resolução Conjunta 67/81, passou a ser mantida pelo Governo do Estado do Paraná, atendendo 217 alunos.

O professor Élio Toledo assumiu a direção da Escola em 1985 com esforço, dele e da comunidade, conseguiu um novo prédio onde a Escola Estadual Cristo Rei mudou-se para novas instalações à Rua Xavier da Silva nº 356. Neste mesmo ano foi instalado o ensino de 5ª a 8ª série diurno conforme a Resolução Conjunta nº 4407/93 de 12/08/93.

A partir do ano de 1989 de acordo com a Resolução nº 3069/88 de 29/09/88 foi implantado o ensino de 5ª a 8ª série noturno com o seguinte cronograma: 1989 – 5ª série; 1990 – 6ª série; 1991 – 7ª série e 1992 – 8ª série.

Em 1994, a direção acompanhada do vereador Sr. Osvaldo Gabriel, pais, APM, construíram através de mutirão uma sala de aula de madeira, pois faltava espaço físico.

Em 1995, o professor Élio Toledo se aposentou, assumindo em seu lugar a professora Velamar Fátima da Silva Cagnin.

No início de 1996, a direção, APM, comunidade, o Sr. Vilmar Ferri (Ligeirinho), presidente do Bairro Pinheirinho, o vereador Sr. Nelson Bertani, o Deputado Estadual Sr. Augustinho Zucchi juntamente com a comunidade construíram, através de mutirão, a quadra de esportes com 440m², nos finais de semana, com muito sacrifício. A quadra foi entregue aos alunos em agosto de 1996, tornando possível a prática de esportes.

Em 1997, o Governo do Estado lançou o projeto Correção de Fluxo, conforme resolução 14/99 de 13/01/99, para corrigir idade/série, onde a escola formou duas turmas.

Em 1998, foi solicitado à Escola Estadual Cristo Rei, pela SEED a cessação de Curso de 1ª a 4ª série, conforme a Resolução nº 2016/99 de 09/06/99. A partir daí passaria a ser mantida pela Prefeitura Municipal de Pato Branco, tornando-se assim escola municipalizada, com o nome de Escola Municipal Gênese.

Em 1998, houve eleição de diretores, onde as professoras Velamar Fátima da Silva Cagnin e Elaine Debona, foram eleitas por 3 anos.

Em fevereiro de 1999, iniciou o ano letivo com novos professores sob a direção da professora Velamar Fátima da Silva Cagnin (1ª diretora da Escola Municipal Gênese).

A partir de 2009 o Colégio Estadual Cristo Rei foi dirigido pelas professoras Velamar Fátima da Silva Cagnin (Diretora) e Maristela Albani Dala Costa (Diretora Auxiliar).

Em 2009 foi implantado o Ensino Médio Regular com implantação simultânea, através do Parecer 3603/08 – CEF, no período noturno, contando com quatro turmas (1A, 1B, 2A e 3A), totalizando 100 alunos. No mesmo ano o colégio foi reformado.

Em 2010, já com um aumento de 20% no número de alunos, o Ensino Médio passou a ser ministrado em Blocos de Disciplinas Semestrais.

A professora Maristela Albani Dala Costa assumiu a direção em janeiro de 2011, visando uma gestão participativa e democrática, junto a professora Fani Aparecida Heberle Pereira como diretora auxiliar.

Em 2013, após consulta aos pais, professores e funcionários e órgãos colegiados, o Ensino Fundamental passou a ser trimestral.

Em setembro de 2017 a professora Maristela Albani Dala Costa entra em licença remuneratória e posterior aposentadoria e assume a direção a professora Fani Aparecida Heberle Pereira, que indica a professora Carla Adriane Della Flora Luz com sua diretora auxiliar.

Em fevereiro de 2018 a professora Fani Aparecida Heberle Pereira entra em licença remuneratória e posterior aposentadoria e assume a direção a professora Carla Adriane Della Flora Luz e aprovado por votação das instâncias

colegiadas assume como seu diretor auxiliar o professor Gerson Garcia, o qual ficou na vice direção até dezembro de 2020.

A partir de fevereiro de 2021 a professora a professora Carla Adriane Della Flora Luz continuou na direção, convidando para assumir a direção auxiliar, a professora Raquel da Fonseca e, posteriormente através da Consulta à comunidade escolar, oficializam por meio de eleição o cargo de direção e direção auxiliar em julho de 2021 para o período de 2021/2022.

A direção foi eleita através de voto, mediante aprovação do plano de trabalho, a qual deve promover uma gestão participativa, justa e democrática de todos os segmentos da escola. Entende-se que a educação escolar é função da escola e a direção deve estar atenta a todos os anseios da comunidade escolar. O bom senso, o respeito, a confiança e o diálogo, deverão permear as relações na escola, para que as ações desenvolvidas se revertam em conhecimento, aprendizagem, atitudes de autonomia, cidadania e valores para o convívio social e democrático.

Cumprindo as orientações da Secretaria da Saúde e seguindo o DECRETO ESTADUAL Nº 4230 DE 16/03/2020 Publicado no DOE - PR em 16 mar 2020 devido à pandemia a escola precisou se reorganizar, sendo as atividades presenciais suspensas, iniciando então aulas de forma não presencial no dia 06 de abril de 2020.

As aulas presenciais foram transmitidas aos alunos simultaneamente em três canais de comunicação: TV aberta, Youtube, aplicativo Aula Paraná. Além disso, os alunos e professores puderam interagir através de chat, atividades, avaliações, materiais complementares, dentre outros, através dos aplicativos Aula Paraná e Google Classroom. Para os alunos com dificuldades no acesso à rede de internet a escola ofertou a possibilidade de atividades impressas, como também para os alunos com necessidades educacionais especiais tiveram atividades adaptadas e acompanhamento online por whatsapp pelos professores e equipe pedagógica, ficando garantida aos estudantes a oferta das 800 horas obrigatórias.

Em 2021, as atividades presenciais continuam suspensas, atendendo então a realidade da Escola e cumprindo com as orientações da Secretaria da Saúde e seguindo a Resolução SEED nº 673/2021, iniciou-se o ano letivo com as atividades de forma remota em 18/02/2021.

As aulas não presenciais foram organizadas, através do Google Meet, onde os conteúdos eram repassados nos horários de aula. Também foi disponibilizado, os aplicativos Aula Paraná e Google Classroom, com atividades, avaliações, materiais complementares, dentre outros, Para os alunos sem acesso à rede de internet a escola ofertou a possibilidade de atividades impressas, como também para os alunos com necessidades educacionais especiais tiveram atividades adaptadas e acompanhamento online por whatsapp pelos professores e equipe pedagógica. Também houve o atendimento presencial para alunos com dificuldades de aprendizagem e no uso das tecnologias, em consonância à Proposta Pedagógica presencial adotada. O término das atividades remotas foi no dia 09/07/2021, totalizando 98 dias letivos, sendo 392 horas.

As atividades presenciais tiveram início em 21/07/2021, de forma escalonada, revezando em dois grupos por turma, partir do dia 27/08/2021 as aulas retornaram 100% presencial, ficando no remoto só os alunos que apresentavam comorbidade, no qual ofertou-se a possibilidade de atividades impressas. Totalizando 102 dias letivos no presencial, sendo 408 horas.

Assim como em 2020 no ano de 2021, em todos os trimestres foram organizadas semanas de nivelamento para recuperar e trabalhar os conteúdos que de alguma forma se apresentavam em defasagem.

No final do terceiro trimestre após o pré-conselho a direção, equipe pedagógica e professores estruturam o programa de revisão de conteúdos – “SE LIGA! É tempo de aprender mais”, proposta elaborada pela SEED, ofertando atividades que possibilitem a recuperação de conteúdos e notas.

Nesses dois anos a escola conseguiu, mesmo com as dificuldades trazidas pela pandemia, encontrar e ofertar possibilidades de estudo para todos os alunos do Colégio Estadual Cristo Rei. Em relação às frequências, a escola se apoiou nas atividades de recuperação realizadas pelos alunos e outro suporte utilizado foi o aplicativo BI, em que professores, equipe pedagógica e direção tinham acesso às atividades e frequência dos alunos.

Seguindo a Lei Federal nº 13.415/2017, em 2022 a escola começa a implementação gradual do Novo Ensino Médio, ou seja, começou pelo 1º ano e seguirá em 2023 para as segundas séries e, em 2024, completando o ciclo, para as terceiras séries, isto trouxe mudanças na carga horária e na organização curricular da escola.

Com este novo formato foi necessário um replanejamento das ações pedagógicas. A escola adotou mudanças expressivas e necessárias na forma de organização do trabalho docente e de estrutura para atendimento dos estudantes, considerando os objetivos de aprendizagem, visando a formação integral dos estudantes do Novo Ensino Médio.

A partir de fevereiro de 2023 a professora Heloisa Cristina Rampi Marchioro continuou na direção, convidando para assumir a direção auxiliar, a professora Pâmela Cristiane Moreno Salomão.

2.2.Organização da Instituição Escolar:

ENSINO FUNDAMENTAL:			
Turno	Ano/Série	Total de Turmas	Total de Matrículas
Manhã	7º	1	26
	8º	1	31
	9º	1	30
Tarde	6º	2	52
	7º	1	25
	8º	1	30
	9º	1	26
Total de alunos	220		

ENSINO MÉDIO:			
Turno	Ano/Série	Total de Turmas	Total de Matrículas
Manhã	1º	1	37
	2º	1	29
Noite	1º	1	18
	2º	1	23
	3ª	1	29
Total de alunos	136		
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO			
Turno	Ano/Série	Total de Turmas	Total de Matrículas
Manhã	Sem seriação	1	09
Tarde	Sem seriação	1	06
ATIVIDADES COMPLEMENTARES			
	Turno	Total de Turmas	Total de Matrículas
PMA- Programa Mais Aprendizagem	Manhã	1	41
	Tarde	1	30
AETE- Esporte-Treinamento Esportivo	Manhã	1	29
	Tarde	1	13

2.3. Organização Funcional:

NOME	FUNÇÃO	HABILITAÇÃO	VÍNCULO FUNCIONAL	TURNO	CARGA HORÁRIA
Alan Carlos Correia Mariano	Prof. Pens. Comput.	Matemática	REPR	MANHÃ	2
Alexandra Beal	Prof. Química	Química	REPR	NOITE	6
Alexandre Adriano Bernardi	Ed. Financeira/Matem	Matemática	QPM	MANHÃ / NOITE	17
Alexsander João Guerios	Pens. computacional/História	Sociologia	REPR	MANHÃ/TARDE/NOITE	6
André Ricardo Bonin	Prof. Filosofia	Filosofia	QPM	MANHÃ	5
Andreia Lopes de Vargas Brondani	Prof. Português	Letras	QPM	MANHÃ/TARDE	30
Arlei Alberto Haubert	Prof. Pen. Comp/Socio	Sociologia	SCO2	MANHÃ/TARDE/NOITE	9
Camila Ecks Bord	Prof. Inglês	Letras	REPR	TARDE	6
Carla Adriane Della Flora Luz	Prof. Port/ Inglês / Proj. De Vida	Letras	QPM	TARDE/NOITE	29
Cassiane Sant'Ana de Oliveira de Britto	Prof. Inglês / Português	Letras	REPR	MANHÃ	9
Célia Maria Kwapis Leite	Agente Ed. I	Secretariado	QFEB	TARDE/NOITE	40
Clair Colli Corazza	Agente Ed. I	Ensino Médio	QFEB	MANHÃ / TARDE	40
Cristina Camargo Almeida	Prof. Arte	Artes Visuais	QPM	MANHÃ/TARDE/NOITE	17

Daniel Antônio Ruaro	Prof. Ed. Física	Ed. Física	QPM	MANHÃ/TARDE	16
Diuliana Claudia Baratto	Prof. Geografia	Geografia	QPM	TARDE/NOITE	15
Ederson Oli Caldato	Secretário	Tecnólogo / Esp. RH	QFEB	TARDE/NOITE	40
Edevaldo André Gabrielli	Prof. Interprete	Ed. Esp. Ed. Física	QPM	MANHÃ	4
Eduardo Alves Ferreira	Prof. Matemática	Matemática	REPR	TARDE	15
Eloisa Rodrigues	Prof. Química	Química	REPR	MANHÃ	4
Felipi José Araújo de Lima	Prof. Inglês	Letras	SCO2	MANHÃ	4
Franciele Mason Barp	Prof. Física	Física	PSS	NOITE	8
Graziela Cristina de Souza Batista	Prof. Matemática	Acadêmica em Mat.	REPR	MANHÃ	5
Heloisa Cristina Rampi Marchioro	Diretora	Letras	QPM	MANHÃ/TARDE	40
Iloina Rodrigues da Silva Marcomin	Prof. Pedagoga	Pedagogia	QPM	MANHÃ	20
Indianara Zandoná Boscarl	Prof. Química	Química	QPM	MANHÃ/TARDE	15
Ivan Frederico Martini	Prof. Ed. Física	Ed. Física	QPM	NOITE	4
Izadora Caprini Ferreira	Prof. Português	Letras	REPR	MANHÃ	3
Janete Fátima Quaresma	Prof. Sala de Rec	Pedagogia	QPM	MANHÃ	15

Jussara Cristina Galvagni	Prof. Matemática	Matemática	REPR	TARDE	10
Kauana Eduarda Lorscheiter Bageston	Agente Ed. II	Cursando Estética	UP	MANHÃ TARDE	40
Leidiane Oliveira	Biologia	Biologia	REPR	NOITE	2
Leila Cristina Zanmaria	Agente Ed. II	Pedagogia	QFEB	MANHÃ/TARDE	40
Lenir dos Santos	Agente Ed. I	Ensino Médio	QFEB	MANHÃ/TARDE	40
Lilian Minikowski	Agente Ed. II	Pedagogia	QFEB	MANHÃ	20
Lucinda Zanotti	Agente Ed. II	Secretariado	QFEB	MANHÃ/NOITE	40
Luiz Mendes da Silva	Prof. Ed. Física	Ed. Física	QPM	NOITE	2
Marcia Adriany de Oliveira	Prof. Ed. Física	Ed. Física	QPM	TARDE	6
Marcia Regina Colla Bertol	Prof. Pedagoga	Pedagogia	QPM	TARDE	20
Mari Angela Bedra	Prof. Biologia	Biologia	REPR	MANHÃ	4
Maria Erotildes Borges da Silva	Agente Ed. I	Ensino Médio	QFEB	MANHÃ/NOITE	40
Marines Batista da Rosa	Prof. Sala de Recur.	Ed. Especial	QPM	TARDE	15
Marisa da Fonseca Kaszuba	Prof. Pedagoga	Pedagogia	QPM	NOITE	20
Marlei Rosane Herezais	Agente Ed. II	Secretariado	QFEB	TARDE/NOITE	40
Mateus dos	Prof. Geografia	Geografia	REPR	TARDE	7

Santos Moura					
Miguel Batista de Oliveira	Prof. Readaptado	Letras	S100	MANHÃ/TARDE	43
Mirian de Fátima Melo	Agente Ed. I	E. Fundamental	PEAD	MANHÃ/TARDE	40
Nair Lachi Talamini	Prof. Ciências	Biologia	REPR	TARDE	6
Orlando Detoni Júnior	Prof. Física	Física	QPM	MANHÃ	2
Pamela Cristina e Moreno Salomão	Vice Diretora	Letras	QPM	NOITE	20
Paulo Alexandre Barbosa	Prof. Ed. Física	Ed. Física	QPM	MANHÃ	2
Priscila Aparecida Sales dos Santos	Agente Ed. I	Ens. Fundamental	UP	MANHÃ/TARDE	40
Priscila Prestes do Prado	Prof. Matemática	Matemática	REPR	NOITE	3
Rafaela Rodrigues dos Santos	Prof. Arte	Arte	REPR	TARDE	8
Raquel da Fonseca	Prof. Matemát/PMA/EF	Matemática	QPM	MANHÃ/TARDE/NOITE	22
Roberto Luiz Poci Filho	Prof. História/ER/PV	História	QPM	MANHÃ/TARDE/NOITE	27
Rúbia Isabel Lauerman	Prof. Inglês	Letras	REPR	NOITE	4
Sandra Lúcia Fredo	Prof. Geografia / Pens. Comp	Geografia	QPM	MANHÃ	15
Silvana Pereira	Prof. Português	Letras	REPR	MANHÃ	2
Sueli de Fátima Pires	Agente Ed. I	Ens. Médio.	QFEB	MANHÃ/TARDE	40

Tamires Terres Skorek	Prof. Espanhol	Letras	REPR	NOITE	2
Terezinha Maria Fresch	Prof. Filosofia	Filosofia	REPR	NOITE	6
Vanusa de Oliveira	Prof. Ciências	Ciências	REPR	MANHÃ	3
Vergínia Petrykowi sk	Agente Ed. I	Contabilidade e	QFEB	MANHÃ/TARDE	40

2.4. Infraestrutura: ambientes e equipamentos:

AMBIENTES PEDAGÓGICOS	QUANTIDADE	CONDIÇÕES PARA USO
SALAS DE AULA	05	BOAS
SALA DOS PROFESSORES	01	INSUFICIENTE
SALA DA DIREÇÃO	01	BOA
SALA DA COORDENAÇÃO	01	ADAPTADA
BANHEIROS PARA ALUNOS(AS)	02	BONS
BANHEIROS PARA PROFESSORES(AS)	02	BONS
COZINHA	01	INSUFICIENTE
DEPÓSITO MERENDA	01	BOM
ALMOXARIFADO	02	INSUFICIENTE
SECRETARIA	01	BOA
QUADRA DE ESPORTES	01	BOA
SAGUÃO	01	BOM

AMBIENTES PEDAGÓGICOS	QUANTIDADE	CONDIÇÕES PARA USO
SALAS DE AULA	05	BOAS
SALA DOS PROFESSORES	01	INSUFICIENTE
SALA DE RECURSO	01	ADAPTADA
SALA DE PMA	01	ADAPTADA
BIBLIOTECA	01	INSUFICIENTE
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	01	INSUFICIENTE

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE	CONDIÇÕES PARA USO
COMPUTADORES	35	02 COM PROBLEMAS
NOTEBOOK	04	01 COM PROBLEMA
NETBOOK	32	02 COM PROBLEMAS
TV PENDRIVE	05	INSERVÍVEL
TV COM EDUCATRON	06	BOAS
IMPRESSORAS	01	BOAS
MULTIFUNCIONAL	05	BOAS
MULTIMÍDIA	05	01 COM PROBLEMAS
AR CONDICIONADO	08	BONS
CAIXA DE SOM	01	BOA
FILMADORA	01	BOA
MAQUINA FOTOGRAFICA	01	BOA
CÂMERAS DE SEGURANÇA	16	01 COM PROBLEMAS
SWITCH	03	BONS
MICROSCÓPIO	02	BONS
MICRO SYSTEM	04	BONS
DVD	04	REGULARES

2.5. Instâncias Colegiadas.

CONSELHO ESCOLAR		APMF		GRÊMIO ESTUDANTIL	
NOME	FUNÇÃO	NOME	FUNÇÃO	NOME	FUNÇÃO
Heloisa Cristina Rampi Marchioro	Presidente	Heloisa Cristina Rampi Marchioro	Presidente	Gabriele Luiza de Oliveira	Presidente
Marisa da Fonseca Kaszuba	Equipe Pedagógica	Pamela Cristiane Moreno Salomão	Vice-Presidente	Evelyn Lais Mendes Zardo	Vice-Presidente
Marcia Regina Colla Bertol	Suplente Equipe Pedagógica	Juliana Emília de Faveri	Tesoureira	Brayan Leonarchik Antunes	1º Tesoureira
Raquel da Fonseca	Representante Professores	Márcia Regina Filippini	2ª Tesoureira	Maria Luiza de Moura	2º Tesoureira
Daniel Antônio Ruaro	Suplente Rep. Professores	Leila Cristina Zanmaria	Secretaria	Maria Eduarda Quirino	1º Secretaria
Célia Maria Kwapis Leite	Representante Agente I	Lucinda Zanotti	2ª Secretaria	Maria Luiza Charts Martelli	2º Secretaria
Clair Colli Corazza	Suplente Rep. Agente I	Marisa da Fonseca Kaszuba	CONSELHO FISCAL	Julia Cristina Pollon da Silva	Diretor Social
Leila Cristina Zanmaria	Representante Agente II	Leonilda Pancera	CONSELHO FISCAL	Isabely Renata Gonçalves Padilha	1º Diretor de Assuntos e comunicação e Imprensa
Ederson Oli Caldato	Suplente Rep. Agente II	Elizangela Gilioli	CONSELHO FISCAL	Joyce Stephane da Silva Cavalcanti	2º Diretor de Assuntos e comunicação e Imprensa
Lucinda Zanotti	Representante APMF	Cristina Camargo Almeida	CONSELHO FISCAL	Thielly Parizzoto	Diretor de Esporte e Lazer

Elizangela Gilioli	Suplente Rep. APMF	Juliana Borges de Freitas	CONSELHO FISCAL		Josue Henrique de Oliveira	Diretor de Assuntos de Cultura e Diversidade
Verginia Petrykowisk	Representante da Comunidade	Cristiana Felini da Silva Maciel	CONSELHO FISCAL		Isadora Monteiro da Silva	Diretor de Relações Acadêmicas
Cristina Camargo Almeida	Suplente Rep. Comunidade				Henrique Gabriel de Matos	Diretor de Saúde e Meio Ambiente
Leydiani Maria de Souza	Representante do Grêmio Estudantil					
Henrique Bueno da Rosa	Suplente Rep. Grêmio Estudantil					
Marlei Rosane Herezais	Representante de Pais					
Joceley Aparecida Longo	Suplente Rep. Pais					
Valentina Herezais Baú	Representante dos Alunos					
Emanuel Forosteski	Suplente Rep. dos Alunos					

2.6. Perfil da Comunidade Escolar:

O Colégio Estadual Cristo Rei – EFM está localizado na região urbana zona sul do município, a matrícula prioriza o georreferenciamento, buscando atender a demanda dos alunos do Bairro Pinheirinho, Jardim Floresta, Santa Fé, Santa Terezinha, Morumbi, Cristo Rei e outros.

O Colégio Estadual Cristo Rei atualmente conta com 220 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 136 no Ensino Médio. O colégio atende crianças e adolescentes oriundas das mais diversas classes sociais, respeitando a diversidade cultural, tais como filhos de empregados de indústria e comércio; filhos de comerciantes; filhos de professores, entre outros.

No colégio temos o reflexo da sociedade e das famílias. O dia a dia mostra as diferentes realidades familiares das quais fazem parte os nossos alunos. Temos pais comprometidos, que se preocupam com seus filhos, acompanham o seu desempenho, se fazem presentes no colégio, participam das reuniões, promoções e valorizam o trabalho dos professores, enquanto os outros ficam totalmente alheios e não comparecem, nem mesmo quando convidados.

As diferentes conjunturas familiares têm interferido nas relações de pais e filhos na escola. É um fator bastante presente na nossa realidade, ficando constatado claramente seu reflexo no rendimento escolar.

Ainda existe uma grande distância entre a família e a escola, que aos poucos deverá diminuir, cabendo à escola, direcionar os passos para esta abertura, com ações que tragam os pais para a escola, através de uma participação mais ativa e comprometida, como corresponsável pela educação e aprendizagem do educando.

O Ensino Médio noturno é composto por alunos trabalhadores, advindos dos bairros próximos ao colégio, que após o trabalho vêm para a escola.

Alguns problemas comuns ao meio escolar e meio social afetam o colégio, tais como segurança, drogas, sexualidade e outros. Buscando amenizar esses problemas, o colégio realiza palestras de conscientização com os alunos, sobre métodos contraceptivos, gravidez na adolescência, drogas, tabagismo, uso indiscriminado de álcool, profissionalização, orientação profissional e outros temas pertinentes, as quais são realizadas durante o ano letivo.

No colégio é realizado um trabalho onde, o aluno deve ser compreendido como agente ativo no universo da escola, entendendo assim os diferentes papéis a serem desenvolvidos na sociedade, dentro da família, da comunidade, dos grupos sociais, e construir tanto sua identidade pessoal como seu referencial sociocultural.

O colégio tem realizado ainda, no decorrer do ano letivo, projetos de trabalho que promovam a integração e o envolvimento do aluno em atividades culturais, esportivas e artísticas.

A escola na sociedade é tudo, é a casa do aluno, fazendo com que o mesmo seja um bom cidadão na sociedade, ela não está só transformando

cidadãos, mas sim desenvolvendo um trabalho educacional é uma entidade social, é um lugar de aprendizagem compartilhada e colaborativa entre todos os seus integrantes e o lugar onde ampliamos conhecimentos, vivenciando valores, sentimentos e sonhos.

O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza da diversidade cultural. Nesse sentido, a escola deve ser um local de diálogo, respeitando as diferentes formas de expressão do outro.

É preciso ter em mente que a escola é uma organização humana. Esta dimensão é muito importante para compreender a qualidade da educação e da aprendizagem, privando pela autonomia que permite à escola buscar soluções próprias, mais adequadas às necessidades e aspirações dos alunos e de suas famílias. A escola deve ser um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos deve favorecer a inserção do aluno no dia a dia das questões sociais.

Os professores devem ser mediadores do processo educativo, trabalhando junto com os alunos, despertando interesse, propondo conteúdos compatíveis com as experiências vividas; ativando assim sua participação em todas as atividades propostas, são pessoas capacitadas que transmitem conhecimentos e valores, que dominam seus conteúdos. São incentivados e capacitados para serem inovadores, críticos, flexíveis e dinâmicos.

Os funcionários desenvolvem satisfatoriamente seu papel na escola, são partes integrantes da comunidade escolar. Todos os funcionários, independentes da sua função, têm o mesmo valor e reconhecimento, pois fazem parte da mesma família que é a escola. O Colégio Estadual Cristo Rei procura fazer com que todos trabalhem coletivamente, com o objetivo de proporcionar a todos um ambiente educativo, tranquilo e motivador.

O pedagogo é o profissional que integra no dia a dia o processo de ensino e aprendizagem, com o diretor e o diretor auxiliar. O pedagogo deverá dar suporte, orientar e apoiar todas as iniciativas, os projetos, os anseios dos professores, dos alunos e da comunidade escolar. O bom senso, a confiança e o diálogo, devem estar sempre presentes na relação dos integrantes da equipe de

peças que fazem parte da escola, para que a cada dia possamos desenvolver ações de crescimento, conhecimento e atitudes para melhorar nosso meio.

Fica claro que são muitos os anseios da comunidade escolar no que se refere a construção do conhecimento e a formação integral dos alunos. Com o objetivo de atender essas demandas a cada ano letivo o coletivo da escola elabora um plano de ação (em anexo) do estabelecimento onde constam os problemas da comunidade bem como as ações que precisam ser desenvolvidas para saná-los:

Oportunizar práticas pedagógicas que permitam ter flexibilidade para atingir a construção e compreensão do conteúdo em questão.

Atualização constante do professor. Ações pedagógicas diversificadas de modo a atingir os alunos nas suas diferentes formas de aprender.

Envolver-se coletivamente na aproximação do aluno ao contexto escolar. Manter os professores informados e atualizados quanto a questões sociais, familiares e culturais do aluno, visando melhor aprendizado.

Em relação ao combate ao abandono escolar, fazer cumprir o que está disposto no Regimento Escolar. Conhecer e divulgar o *Caderno do Programa Combate ao Abandono Escolar*, para a comunidade escolar.

Trazer a família para participar da vida escolar dos alunos, de forma comprometida e que apresente resultados. Aproximar o professor de práticas pedagógicas interessantes, do aluno enquanto ser afetivo.

Trabalhar a conscientização da importância da participação do aluno nas atividades escolares e do professor enquanto mediador e promotor de uma boa aula, com a interação e integração entre aluno- aluno e aluno – professor.

Cumprir o disposto nos documentos da SEED, conhecer a escola e refletir sobre a realidade escolar – seus sucessos e desafios.

Promover atividades que busquem o respeito às diversidades culturais e étnicas.

Busca constante de práticas e ações que atinjam as múltiplas inteligências.

Promover autoavaliação do trabalho realizado; Verificar novas possibilidades de intervenção pedagógica sempre que necessário.

Diversificação de metodologias de ensino.

Participação, envolvimento e atuação do professor no Conselho de classe, reuniões pedagógicas e rendimento das turmas.

Dar a continuidade a participação efetiva da APMF, Conselho escolar e Grêmios estudantis nas decisões coletivas.

Assim a Escola procura trabalhar com a contextualização, ou seja, engloba em suas atividades o pedagógico, o social, o político, o afetivo e interdisciplinarmente buscando usufruir os mais diversos ramos do conhecimento. Todos participam

opinando sugestionando, dando o melhor de si em função do grupo, para que ocorra a melhoria na qualidade de ensino.

2.7. Indicadores educacionais:

Em relação ao corpo discente, no último ano (2022) foram matriculados no Colégio 365 alunos. Essa é uma média que vem se mantendo nos últimos anos, com pequenas oscilações. Ensino Médio em decorrência de desestímulo, faltas, maioridade e trabalho. Portanto, o maior índice de reprovação é no período noturno.

A tabela, mostra os dados relativos aos índices de aprovação, reprovação e desistência.

ESTATÍSTICA DO RESULTADO FINAL			
CURSO:	3009	AULAS ESPECIALIZADAS DE TREINAMENTO ESPORTIVO	
Descrição	Número	Percentual	Soma do número de matrícula do curso
Número de Alunos Aprovados:	45	97,83	59
Número de Alunos Aprovados por Conselho de	0	0,00	
Número de Alunos Reprovados:	0	0,00	
Número de Alunos Desistentes:	1	2,17	
Número de Alunos Transferidos:	7	11,86	
Número de Alunos Sem Frequência	0	0,00	
Número de Alunos Excluídos por Erro:	6	10,17	

CURSO:	4039	ENSINO FUND.6/9 ANO-SÉRIE	
Descrição	Número	Percentual	Soma do número de matrícula do curso
Número de Alunos Aprovados:	2	92,44	289
	0		
	0		
Número de Alunos Aprovados por Conselho de	4	1,82	
Número de Alunos Reprovados:	9	3,78	
Número de Alunos Desistentes:	9	3,78	

Número de Alunos Transferidos:	51	17,65	
Número de Alunos Sem Frequência	0	0,00	
Número de Alunos Excluídos por Erro:	0	0,00	

CURSO:	9	ENSINO MÉDIO	
Descrição	Número	Percentual	Soma do número de matrícula do curso
Número de Alunos Aprovados:	65	83,33	102
Número de Alunos Aprovados por Conselho de	0	0,00	
Número de Alunos Reprovados:	6	7,69	
Número de Alunos Desistentes:	7	8,97	
Número de Alunos Transferidos:	24	23,53	
Número de Alunos Sem Frequência	0	0,00	
Número de Alunos Excluídos por Erro:	0	0,00	

CURSO:	15	NOVO ENSINO MÉDIO	
Descrição	Número	Percentual	Soma do número de matrícula do curso
Número de Alunos Aprovados:	36	76,60	65
Número de Alunos Aprovados por Conselho de	2	5,56	
Número de Alunos Reprovados:	6	12,77	
Número de Alunos Desistentes:	5	10,64	
Número de Alunos Transferidos:	18	27,69	
Número de Alunos Sem Frequência	0	0,00	
Número de Alunos Excluídos por Erro:	0	0,00	

CURSO:	3030	PMA-PROG MAIS APRENDIZAGEM	
Descrição	Número	Percentual	Soma do número de matrícula do curso
Número de Alunos Aprovados:	60	100,00	91
Número de Alunos Aprovados por Conselho de	0	0,00	
Número de Alunos Reprovados:	0	0,00	
Número de Alunos Desistentes:	0	0,00	
Número de Alunos Transferidos:	10	10,99	
Número de Alunos Sem Frequência	0	0,00	
Número de Alunos Excluídos por Erro:	21	23,08	

CURSO:	3021	PROGRAMA ALUNO MONITOR	
Descrição	Número	Percentual	Soma do número de matrícula do curso

Número de Alunos Aprovados:	2	100,00	02
Número de Alunos Aprovados por Conselho de	0	0,00	
Número de Alunos Reprovados:	0	0,00	
Número de Alunos Desistentes:	0	0,00	
Número de Alunos Transferidos:	0	0,00	
Número de Alunos Sem Frequência	0	0,00	
Número de Alunos Excluídos por Erro:	0	0,00	

CURSO:	6417	SALA R.MULTIFUNCIONAIS-S.FI.EM	
Descrição	Número	Percentual	Soma do número de matrícula do curso
Número de Alunos Aprovados:	17	73,91	24
Número de Alunos Aprovados por Conselho de	0	0,00	
Número de Alunos Reprovados:	0	0,00	
Número de Alunos Desistentes:	6	26,09	
Número de Alunos Transferidos:	1	4,17	
Número de Alunos Sem Frequência	0	0,00	
Número de Alunos Excluídos por Erro:	0	0,00	

Os indicadores empregados na educação, nas últimas décadas, são meios importantes de instrumentação de gestão, uma vez que possibilitam aos responsáveis que atuam nas redes de ensino, em programas, projetos e também na própria instituição de ensino, reconhecer situações que precisam de mudanças, de incentivos ou aprimoramento. Estes indicadores são um conjunto dos parâmetros quantitativos e qualitativos que visam acompanhar determinada atividade, verificando se os objetivos estão sendo atingidos ou se há necessidade de intervenção didático pedagógica.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

IDEB

2019	
IDEB FUNDAMENTAL 2019	IDEB ENS. MÉDIO 2019
4.8	-

2021	
IDEB FUNDAMENTAL -	IDEB ENS. MÉDIO
5.2	3.9

SAEB - NOTA PADRONIZADA - APRENDIZAGEM

2019 - FUNDAMENTAL	
L. PORTUGUESA -	MATEMÁTICA
5.23	5.43

2021 - FUNDAMENTAL	
L. PORTUGUESA -	MATEMÁTICA
5.09	5.42

2019 - MÉDIO	
L. PORTUGUESA -	MATEMÁTICA
-	-

2021 - MÉDIO	
L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA
4.34	4.28

A **Prova Paraná** é uma avaliação diagnóstica que tem como objetivo identificar as dificuldades apresentadas por cada um dos estudantes e apontar as habilidades já apropriadas no processo de ensino e aprendizagem.

Se dá como uma ferramenta para o professor, equipe gestora da escola, secretário municipal de educação e sua equipe elaborarem a partir de evidências, ações de melhoria da aprendizagem.

PROVA PARANÁ MAIS - 2022 - NOTA PADRONIZADA

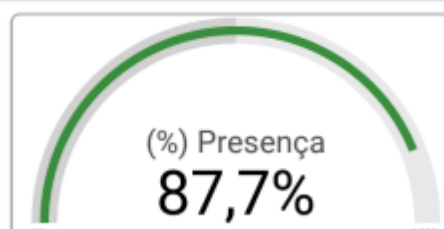
5º ANO		9º ANO		3º ANO	
MATEMÁTICA -	L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA	MATEMÁTICA	L. PORTUGUESA
-	-	4.63	4.58	4.12	3.65

PROVA PARANÁ - 2022

1ª EDIÇÃO	% de Participação 94.38	% de Acertos 38.14
2ª EDIÇÃO	% de Participação 96.02	% de Acertos 44.4
3ª EDIÇÃO	% de Participação 93.84	% de Acertos 53.03

MÉDIA DE FREQUÊNCIA - 2022

Total Alunos
342



2.8 Organização pedagógica:

a) A organização pedagógica é conduzida pela equipe pedagógica, com o apoio da equipe diretiva, voltada aos aspectos que impactam no processo de ensino e aprendizagem. Logo no início do ano letivo, a partir das matrículas ocorre a distribuição dos estudantes por turma, há o cuidado para que permaneçam nas turmas de origem e os novos vão sendo acrescentados de forma equitativa. Há possibilidade de mudança de turma baseada em critérios pedagógicos, sendo informada na rematrícula. Os professores são distribuídos nas séries e turmas, de acordo com o perfil de docência, ou pela ordem de classificação estipulada pela SEED. A equipe pedagógica se organiza dividindo o acompanhamento das turmas e planejando semanalmente os atendimentos a professores, estudantes e pais por meio da agenda.

b) Os espaços da escola são organizados a partir das necessidades pedagógicas, com protocolos/regras para a utilização da biblioteca e do laboratório de Informática, o qual é apresentado aos estudantes no início do ano letivo. O agendamento do laboratório de informática para a utilização das

plataformas educacionais é acompanhado pelo auxiliar administrativo, atendendo as propostas de atividades planejadas pelos professores, de forma alternada, para que todos tenham acesso. A organização dos tempos escolares: horários de entrada, recreio, saída, intervalos e atividades de contraturno são expostos em lugares de boa visualização para as famílias e comunidade local, no pátio e na sala dos professores. Os sinais de entrada, saída e intervalo são organizados pela secretaria, por sirene sendo que em todos os ambientes o som pode ser ouvido. A entrada para as salas de aula é organizada de forma coletiva, porém organizada, os estudantes são acolhidos pelos professores que assumiram as turmas, durante os intervalos são orientados a não saírem da sala e aguardarem o professor chegar. Os corredores são observados pelos funcionários responsáveis pela interação com os estudantes e pela pedagoga. As saídas de sala, durante o período de aula são autorizadas pelo professor, mediante a entrega do crachá do estudante, buscando um ambiente organizado e seguro. O monitoramento dos atrasos e do uso do uniforme é feito pela equipe pedagógica, com encaminhamento de comunicados aos pais por bilhetes, telefones ou por *whatsapp*.

O uso do celular em sala é orientado pelos professores, de acordo com a necessidade pedagógica diante dos objetivos de aprendizagem a serem alcançados e uso das plataformas. As atividades para casa e trabalhos são organizadas e agendadas pelos professores, através da plataforma Google Classroom, constando, as datas de trabalhos, avaliações, Desafio Paraná e outros recados, que a turma tem a realizar e entregar. Na sala dos professores há um mural de recados, armários e computadores para utilização durante a hora-atividade.

c) O acompanhamento da frequência escolar é feito pelo B.I. Presente na Escola, visualizado pelo Diretor, Diretor Auxiliar e equipe pedagógica diariamente, comparado com as anotações diárias feitas, o qual entra em contato com a família do estudante ou com o próprio (quando maior de 18 anos), averiguando o motivo da ausência. Os estudantes com faltas alternadas, conhecidos como pula-pula, são orientados pelo Diretor em conversas individuais e/ou coletivas, conforme o contexto. Nos casos de abandono escolar, após 5 dias seguidos ou sete alternados, após a primeira busca ativa já ter sido realizada, a segunda busca

ativa é organizada pelo Diretor, pelo Diretor Auxiliar e equipe pedagógica. O contato com as instituições (equipamentos) que participam da Rede de Proteção às Crianças e ao Adolescente, é realizado pelo pedagogo, que representa a escola nas reuniões mensais, o registro no SERP e feito pela equipe pedagógica após a reunião com os responsáveis, na escola ou na casa do estudante, caso o estudante não tenha retornado às aulas, o Diretor encaminha o registro das buscas pelo sistema ao equipamento da Rede de Proteção que fará novo contato com os pais ou para o Conselho Tutelar, dependendo da situação, o Diretor continua monitorando o caso até o retorno do estudante. Quando o estudante é resgatado, o pedagogo o orienta quanto a proposta de estudo dirigido encaminhada pelos professores.

d) O atendimento às turmas, no caso de falta de professor, segue o cronograma organizado no coletivo com representantes de todas as instâncias colegiadas, a partir de um banco de atividades organizado previamente, utilizando para isso as aulas do Canal do Professor, as plataformas educacionais e o google classroom, sempre que possível. Os professores já deixam previamente organizadas as atividades quando se ausentam para consultas médicas.

e) O horário de hora-atividade é organizado assim como o horário das aulas e há um cronograma de atendimento do pedagogo ao professor, esse horário fica exposto na sala dos professores, no pátio, na sala do Diretor e na Secretaria da escola, para visualização de todos. Durante o acompanhamento da hora-atividade é feito o planejamento da implementação do plano de aula disponibilizado na aba planejamento do RCO, a formação continuada em serviço dos professores por meio da apresentação de metodologias e recursos que venham a contribuir com a mediação do conhecimento escolar para o desenvolvimento das habilidades previstas. A organização do horário de hora-atividade prioriza o atendimento por área de conhecimento, com o objetivo de que a maior parte dos professores tenha a possibilidade de efetivar o planejamento com seus pares, buscando uma perspectiva de trabalho interdisciplinar. Após a formação, o pedagogo combina a observação de sala de aula com o professor, apoiando-o no desenvolvimento de práticas pedagógicas engajadoras.

f) A observação de sala de aula, compreendida como uma metodologia de

formação continuada em serviço é de responsabilidade do Diretor e do Diretor Auxiliar, o qual combina previamente com o professor os critérios que serão observados, faz o registro da observação na aba Observação de Sala de Aula no RCO, recebe o relatório com a indicação das possíveis técnicas a serem desenvolvidas pelo professor, planeja e constrói o feedback formativo com o professor, a partir das evidências, de forma dialógica, por meio de escuta ativa e questionamentos propositivos.

g) O acompanhamento das ferramentas de gestão: BI Presente na Escola e Super BI 2023 é feito pelo Diretor, o qual planeja ações junto com a equipe pedagógica e o tutor, definindo metas, instigando os avanços, articulando os vários segmentos para obter os resultados necessários à aprendizagem dos estudantes.

h) A formação continuada interna ocorre para todos os profissionais da educação nos dias de Estudo e Planejamento, dos professores durante a hora-atividade, nas reuniões pedagógicas e nos feedbacks formativos. A equipe gestora participa das jornadas do Grupo de Estudos: Formadores em Ação e incentiva a todos os professores a participarem também. A docência compartilhada tem sido uma experiência importante na escola. Por vezes os professores utilizam sua hora-atividade para assistir as webconferências disponibilizadas no Canal do Professor, de acordo com seu planejamento curricular.

i) A equipe gestora possui uma agenda semanal compartilhada e quinzenalmente ocorre o acompanhamento pedagógico do tutor do NRE e nesse horário a maior parte dos pedagogos da escola procura participar. A partir desses combinados são organizadas as ações pedagógicas prioritárias a serem desenvolvidas nos próximos 15 dias; mensalmente há uma reunião de alinhamento pedagógico entre os pedagogos de todos os turnos, o diretor auxiliar e o diretor, definindo as ações didático-pedagógicas a serem praticadas nos próximos trinta dias, definindo prazos e responsáveis.

j) A participação dos pais é instigada de diferentes formas: a cada trimestre, é organizado uma reunião de pais com palestras. Os pais são atendidos mediante agendamento prévio para conversar com o pedagogo responsável pela turma e com os professores. As reuniões para entrega de boletins são feitas

trimestralmente no período noturno com a participação de professores, estudantes e famílias. O atendimento aos pais, sem agendamento, é feito pelo Secretário ou Auxiliar Administrativo responsável pelo atendimento ao público, o qual providencia as informações necessárias mais emergentes e agenda um horário com o Diretor, Pedagogo ou Professor solicitado. Prioriza-se o atendimento dos responsáveis, junto com o estudante, sempre que possível. Alguns pais fazem parte das Instâncias Colegiadas e contribuem muito para o desenvolvimento dos projetos.

k) Os professores buscam o engajamento dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem por meio de aulas contextualizadas numa perspectiva integrada, com atividades práticas, desenvolvidas entre pares ou em grupo, buscando atingir os objetivos de aprendizagem por meio de pesquisa, metodologias e estudo ativo, bem como socializar os trabalhos realizados com as demais turmas sempre que possível; a pesquisa é direcionada em sala de aula, por meio de trabalho em grupo com foco no conhecimento e no desenvolvimento das habilidades e competências gerais; no início de cada trimestre são apresentados os objetivos de aprendizagem previstos, de acordo com o quadro organizador curricular, são definidas coletivamente as produções a serem realizadas, as apresentações e os critérios avaliativos.

l) O período de avaliação trimestral é organizado durante o planejamento junto ao pedagogo, por meio da seleção dos instrumentos, o planejamento das datas e da forma de comunicação sistematizada com os pais. Cada professor define o número de instrumentos avaliativos de acordo com as sequências didáticas e as necessidades evidenciadas durante o processo de ensino; as produções dos estudantes nas plataformas educacionais compõem parte do processo avaliativo; os resultados da Prova Paraná também são considerados dentro do processo avaliativo; as produções dos estudantes são transformadas em notas, considerando o mínimo de duas e o máximo de dez aferições por trimestre. Os resultados são informados aos estudantes dentro de um prazo que permita a recuperação de estudos dentro do trimestre.

m) A recuperação de estudos ocorre mediante a retomada dos objetivos de aprendizagem e a reavaliação, permitindo a recomposição da aprendizagem. Os

estudantes com dificuldades de aprendizagem são encaminhados ao Programa Mais Aprendizagem, bem como à parceria com o Aluno Monitor. As notas são migradas para o SERE, após o Pré-Conselho entre professor e pedagogo e os resultados são divulgados aos pais por meio do boletim escolar, na reunião de pais, com a participação dos estudantes.

n) Os Pré-Conselho são realizados pelo pedagogo da turma com os professores durante a hora-atividade, de forma individual e com os estudantes, com o coletivo da turma. O Conselho de Classe é organizado pela equipe pedagógica, dirigido pelo Diretor, os dados coletados no Pré-Conselho são apresentados pela Pedagoga da turma aos professores e ao representante de turma, momento em que são definidas as ações prioritárias a serem desenvolvidas, as formas de intervenção pedagógica, o nivelamento e encaminhamentos necessários.

o) O acompanhamento do rendimento escolar é monitorado pelo professor representante e pelo pedagogo da turma; os estudantes com dificuldades de aprendizagem recebem explicações individuais do professor, sentam juntos a um colega que se destaque no componente curricular e os pais ou responsáveis são atendidos individualmente pelo pedagogo da turma, junto com o estudante para orientação e planejamento das ações a serem desenvolvidas.

p) Os casos de classificação, reclassificação, adaptação, aproveitamento de estudos, revalidação e equivalência, transferência em regime de progressão parcial, são discutidos pelo Secretário e pelo Pedagogo da turma, seguindo as normas do Regimento Escolar e as orientações pertinentes, com a formação de uma banca de professores representantes, a organização de um plano de estudos dirigido, a elaboração, aplicação e correção de provas pelos professores, a análise dos resultados pela banca e o registro das notas nos documentos escolares pela secretaria da escola, com divulgação aos pais e estudantes.

q) O atendimento aos estudantes com necessidades educativas especiais é organizado dentro das especificidades apresentadas, seguindo a Deliberação 02/03 – CEE, priorizando a adaptação curricular e do material pedagógico, quando necessário; a escola possui espaços de acessibilidade, oferta o Atendimento Educacional Especializado por meio da Sala de Recursos Multifuncionais, nas áreas da deficiência intelectual e transtornos globais do

desenvolvimento para os estudantes com laudo médico, de acordo com as normativas expedidas pela SEED. Os casos são registrados no SERE Pedagógico de forma contínua, sempre que situações pedagógicas diferenciadas são evidenciadas.

r) A escola oferta as seguintes atividades de ampliação de jornada: o PMA - Programa Mais Aprendizagem e o Programa Aluno Monitor, seguindo as orientações específicas de cada Programa, os quais são explanados no elemento operacional.

s) Todas as legislações educacionais relacionadas à História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena - Lei 10639/03 e Lei 11645/08 e Deliberação 04/06 (como a Equipe Multidisciplinar desenvolve suas atividades e participa da resolução de conflitos advindos do desrespeito aos Direitos Humanos e das questões da diversidade); História do Paraná – Lei nº 13381/01; Educação Ambiental - Lei Federal nº 9795/99; Política Estadual de Educação Ambiental - Lei Estadual nº 17505/2013; Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - Lei nº 11343/06; Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Lei Estadual nº 17650/2013; Educação Sexual e Prevenção à AIDS e DST - Lei nº 11.733/97 e 11.734/97; Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/2003; Educação para o Trânsito – Lei nº 9503/97; Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes – Lei nº 11.525/2007; Estatuto da Juventude - Lei federal nº 12852/2013; Educação Tributária – Decreto nº 1.143/99 e Portaria nº 413/2002; Educação em Direitos Humanos – Resolução CNE/CP nº 01/2012; Musicalização – Lei nº 11.769/08; Brigada Escolar (Decreto Federal nº 7257/2010, Decreto Estadual nº 4837/2012 e Instrução 024/2012 – SEED/SUED), sexualidade humana, são trabalhadas por meio do currículo, contempladas nos planos de aula.

t) O Diretor organiza a gestão da escola de acordo com o Decreto n.º 7.943/2021, sendo que a gestão democrática é articulada junto ao Conselho Escolar, à APMF e ao Grêmio estudantil, buscando constituir espaços coletivos de participação. O Conselho Escolar reúne-se mensalmente para análise e encaminhamentos administrativos, financeiros e pedagógicos, a APMF reúne-se bimestralmente ou sempre que necessário e a cada três meses, reúnem-se os representantes do Conselho Escolar, APMF e Grêmio Estudantil para discutirem

situações que estão dificultando a aprendizagem de todos os estudantes, buscando definir coletivamente ações de intervenção. O Grêmio Estudantil é composto por representantes de todos os turnos e tem a responsabilidade de promover atividades que oportunizem o protagonismo juvenil por meio de projetos, os quais são apoiados pelos professores representantes. A gestão administrativo-financeira é conduzida pelo Diretor e os auxiliares administrativos que cuidam da vida legal da escola, patrimônio, da prestação de contas do Fundo Rotativo, Relatório Mensal de frequência (RMF), do cumprimento do Calendário Escolar. As ações são definidas junto ao Diretor e ao Conselho Escolar, articuladas e acompanhadas pelo Diretor Auxiliar. A gestão pedagógica é liderada pelo Diretor em parceria com a equipe pedagógica, com foco na observação de sala de aula, sendo que o Diretor observa a prática pedagógica dos professores pelo menos 4 vezes na semana, dentro do processo de combinados, observação e feedback formativo. Posteriormente comunica ao pedagogo as evidências e necessidades pedagógicas. A partir disso, organiza a formação do professor, faz a observação da aula e o feedback formativo, são observações do Diretor e do Pedagogo possuem intencionalidades diferentes. O monitoramento das ferramentas de gestão como o BI Escola, o Super BI 2023 fica a cargo do Diretor, que a partir das evidências, define ações pontuais e mobilizadoras para o aumento da frequência, como a meta de 90% de presença diariamente. O uso das plataformas educacionais é planejado na hora-atividade, junto ao pedagogo e um cronograma de agendamento é monitorado pela auxiliar administrativo responsável pela organização dos espaços, inclusive do Educatron, um recurso tecnológico que oportuniza diferentes abordagens pedagógicas.

u) A transição entre as etapas, ou seja, dos Anos Iniciais para os Anos Finais do Ensino Fundamental e dos Anos Finais do Ensino Fundamental para o Ensino Médio é uma ação desenvolvida em diferentes momentos. O pedagogo acessa o SERE Pedagógico para conhecer as dificuldades de aprendizagem dos estudantes novos, investiga se os estudantes novos possuem algum laudo médico que exija atendimento individual especializado e orienta os professores, atualiza o sistema com as informações mais recentes. Há uma pequena iniciativa de integração entre as escolas municipais próximas, com a visita anual dos estudantes do 5º ano, como forma de acolhimento. A transição entre o Ensino Fundamental e Ensino Médio é feita por meio da articulação entre os professores

do 9º ano e 1º ano para troca de informações e planejamento e execução do processo no último trimestre. Esse processo de transição é desafiador tanto para os alunos quanto para professores. Para os alunos, geralmente, é marcada por ansiedade, expectativas e insegurança, os mesmos, precisam se dar conta de sua rotina escolar que será alterada, pois terão que se familiarizar com diferentes professores, mais cadernos, mais disciplinas, maior exigência curricular, diferente ritmo das aulas, nova relação entre professor-aluno. Para o professor faz-se necessário um aprofundamento maior nas fases de desenvolvimento do educando, um repensar na metodologia utilizando-se de materiais lúdicos, tornando os conteúdos atraentes e a aprendizagem significativa.

A entrada para o 6º ano representa o desejo de crescer e conquistar uma nova identidade social. O 6º ano não é necessariamente mais difícil, mas é um ano no qual, alunos, pais e professores são desafiados a corresponderem com expectativas diferentes.

Em relação à articulação entre as séries finais do Ensino Fundamental e o Ensino médio, é realizado um trabalho de sensibilização e esclarecimentos aos alunos por parte de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem para que a transição ocorra de uma forma tranquila e natural, pois essa etapa é considerada desafiadora para a escola. Objetivando então atrair o estudante do **ensino médio** e diminuir a evasão nesta fase, a escola procura repassar todas as informações motivando o aluno atrelando as informações da nova proposta. Ressaltamos a importância do aluno ter claro as principais mudanças do Novo Ensino Médio que são o aumento da carga horária, a adoção de uma base comum curricular e a escolha dos itinerários formativos por parte do aluno, bem como a organização por áreas de conhecimento e não por matérias.

3. ELEMENTOS CONCEITUAIS:

3.1 Sociedade e Conhecimento.

Destacar e compreender os elementos essenciais que caracterizam a sociedade na contemporaneidade é base para que a organização escolar reúna esforços coerentes com a formação dos estudantes que vivenciam esta realidade. A escola mantém-se como instituição de referência na veiculação, na produção do conhecimento e formação de cidadãos preparados para intervir, criar, agir, transformar e contribuir de maneira qualificada em seus contextos, por meio da prática social.

A concepção de sociedade e de conhecimento, entre contradições e possibilidades, muda ao longo do tempo. Em cada época, ao longo da história, é possível identificar diferentes explicações e formas de relação do ser humano com o conhecimento. Discute-se que com o advento da modernidade e dos avanços científicos, a racionalidade foi exaltada em detrimento da subjetividade. A crítica implícita, é de que a razão se sobrepondo à imaginação, aos sentimentos, age como uma forma de cerceamento da liberdade, associando-se ao acúmulo de conhecimentos, ao rigor científico e constituindo campos disciplinares. Entende-se que a sociedade, nesta perspectiva, distingue cultura, economia, política, personalidade e valores, por exemplo. A defesa apresentada em estudos relacionados ao tema é de que a sociedade reproduz este sistema, o que incide na manutenção de um olhar fragmentado, ou seja, direcionado para partes da realidade, com prejuízo em termos de conhecimento e significação do todo. Esta maneira de conceber a realidade trouxe consequências para a área educacional, instigando discussões relevantes, as quais serão abordadas no tratamento da questão curricular.

A relação entre conhecimento e sociedade é intrínseca. No atual contexto do século XXI, o ágil desenvolvimento na veiculação e difusão do conhecimento está atrelado aos avanços da tecnologia e da ciência. O ritmo das comunicações

e da proliferação da informação confere à sociedade características que permitem o uso de expressões como: “sociedade do conhecimento”; “sociedade da aprendizagem”; “sociedade da informação”. Porém, é preciso considerar que uma sociedade do conhecimento em seu sentido literal e pleno não é possível quando se considera que os meios de acesso ao desenvolvimento de habilidades que possibilitam a transformação da informação em conhecimento e aos recursos necessários para tal, não estão disponíveis para todos os cidadãos.

A escola, inserida nesta problemática, pode ser considerada como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento, considerando-se a aprendizagem como sinônimo da apreensão de saberes, conceitos, práticas e atitudes desenvolvidas pela instituição escolar por meio de práticas previamente planejadas e sistematizadas. Admite-se, como marca de nosso tempo, a fluidez e transitoriedade da informação, o que gera uma nova relação com o conhecimento. Esta alteração atinge o professor que não detém a primazia do saber e da verdade absoluta. Os estudantes devem ser formados a buscarem informações de qualidade, produzirem conhecimento, atribuindo sentido às suas aprendizagens à luz dos diferentes contextos que os atingem.

De acordo com a doutrina de Augusto Comte e H. Spencer, a sociedade não seria o mero agrupamento de pessoas, um agregado de indivíduos, ou seja, não é sociedade um nome coletivo para muitos indivíduos. É, na verdade, uma entidade autônoma, que emerge da experiência de vida coletiva, possuindo características próprias e que transcendem aos indivíduos que a ela pertencem.

“A sociedade configura todas as experiências individuais do homem, transmite-lhe resumidamente todos os conhecimentos adquiridos no passado do grupo e recolhe as atribuições que o poder de cada indivíduo engendra e que oferece à sua comunidade”. (Pinto, 1994)

Ela é a mediadora do saber e da educação presente no trabalho concreto dos homens, que criam novas possibilidades de cultura e de agir social, a partir das contradições, geridas pelo processo de transformação da base econômica.

Para Atilio Boron (1986), o neoliberalismo nos deixa uma sociedade heterogênea e fragmentada, marcada por profundas desigualdades de todo tipo.

Segundo Inês B. de Oliveira, a democracia pressupõe uma possibilidade de participação do conjunto dos membros da sociedade em todos os processos decisórios que dizem respeito à sua vida (em casa, na escola, no bairro, na cidade, etc.).

3.2 Trabalho, Ciência, Tecnologia.

Há uma forte relação de interdependência entre tecnologia, ciência e trabalho, considerando-se as relações estabelecidas em sociedade. O conhecimento científico, um dos frutos do trabalho humano, impulsiona o desenvolvimento da tecnologia e amplia as capacidades do ser humano.

As tecnologias digitais de informação e comunicação exercem impacto em diferentes setores, do qual destacam-se neste momento o da educação e do trabalho. Para a educação são veiculadas oportunidades de formação, direcionadas também às novas funções. Múltiplas possibilidades para veiculação da informação e produção do conhecimento. Disseminação e diferentes recursos tecnológicos para apoiar novas metodologias. Como contraponto, nesse cenário de possibilidades verifica-se a ausência de formação para o preenchimento de vagas de trabalho; desigualdade ou mesmo ausência do acesso à informação e formação de qualidade por parte da sociedade. Dificuldade no processo de seleção e análise das informações veiculadas na rede (Internet, redes sociais), ou seja, em meio a uma infinidade de informações verificam-se desafios na identificação da qualidade do conteúdo que possa gerar conhecimento, na diferenciação entre fato e opinião.

No âmbito do trabalho novas exigências se impõem ao trabalhador, a oferta de emprego muda rapidamente e devido a múltiplos fatores, entre eles, a desigualdade social, o acesso à nova vagas em funções atuais, não é atingido por parte da população, o que gera aumento do desemprego e exclusão. Por outro lado, a tecnologias digitais ampliam as possibilidades de atuação, como as relacionadas a tempo e espaço, como o trabalho remoto, a agilização de processos de trabalho em diferentes segmentos.

De acordo com a doutrina de Augusto Comte e H. Spencer, a sociedade não seria o mero agrupamento de pessoas, um agregado de indivíduos, ou seja, não é sociedade um nome coletivo para muitos indivíduos. É, na verdade, uma entidade autônoma, que emerge da experiência de vida coletiva, possuindo características próprias e que transcendem aos indivíduos que a ela pertencem.

“A sociedade configura todas as experiências individuais do homem, transmite-lhe resumidamente todos os conhecimentos adquiridos no passado do grupo e recolhe as atribuições que o poder de cada indivíduo engendra e que oferece à sua comunidade”. (Pinto, 1994)

Ela é a mediadora do saber e da educação presente no trabalho concreto dos homens, que criam novas possibilidades de cultura e de agir social, a partir das contradições, geridas pelo processo de transformação da base econômica.

Para Atílio Boron (1986), o neoliberalismo nos deixa uma sociedade heterogênea e fragmentada, marcada por profundas desigualdades de todo tipo.

Segundo Inês B. de Oliveira, a democracia pressupõe uma possibilidade de participação do conjunto dos membros da sociedade em todos os processos decisórios que dizem respeito à sua vida (em casa, na escola, no bairro, na cidade, etc.).

Nesse sentido, a educação visa formar o ser humano para uma gestão democrática aberta. Apropriando-se pelo conhecimento científico, político, cultural acumulado pela humanidade ao longo da história para lhe garantir a satisfação de suas necessidades e realizar suas aspirações, sendo assim a educação tem suas finalidades voltadas para o aperfeiçoamento do homem que dela necessita para construir e transformar a realidade e acrescentar novos conhecimentos através de todas as faculdades cognitivas humana.

Vista como processo de desenvolvimento da natureza humana, a educação tem suas finalidades voltadas para o aperfeiçoamento do homem que dela necessita para construir e transformar a realidade.

3.3 Cidadania e Desenvolvimento Humano

O homem é considerado um ser social, pois ele atua e interfere na sociedade e na natureza, transformando-a segundo suas necessidades e para além delas. (Saviani, 1992).

O homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la pelo trabalho, garantindo-lhe, assim, sua participação ativa e criativa nas diversas esferas da sociedade.

“(...) devemos sempre nos lembrar de que cada homem, num certo sentido, representa toda a humanidade e sua história. O que foi possível na história da raça humana em grande escala também é possível em pequena escala em cada indivíduo. Aquilo que a humanidade precisou pode um dia também ser necessário ao indivíduo (...).” (Jung, 1974)

A compreensão da concepção de desenvolvimento humano é a que se integra à aprendizagem, mudança e transformação ao longo da vida, neste sentido, encontram-se em Vygotsky pressupostos essenciais, afastando-se da ideia do determinismo biológico. Aqui resumidos na estruturação dada pelo campo teórico apresentam-se cinco planos genéticos interligados. A Filogênese, se assenta na história da espécie, associando um conjunto de condições similares que fazem dos indivíduos pertencentes à condição de ser humano. A Sociogênese que se traduz no mundo cultural no qual o indivíduo está inserido, o qual indica determinadas formas de vivenciar a passagem de uma fase para a outra, da infância para a vida adulta, por exemplo. A Ontogênese está relacionada à trajetória percorrida pelos ciclos da vida, numa determinada fase o ser humano tem similaridades com outros que se encontram no mesmo período. A Microgênese indica o olhar para o desenvolvimento individual, ou seja, a experiência, o percurso histórico, o repertório de cada indivíduo o torna único.

Da Infância à vida adulta, cada cultura desenvolve formas de interação com esse percurso de acordo com a sua compreensão. Nesta perspectiva não se faz necessário trazer determinações etárias para definir em que idade se inicia e termina cada fase, considerando-se que essa noção de tempo associado à idade

cronológica tem se transformado. Há estudos que indicam que o período da adolescência já se antecipou, estendendo-se e encurtando a infância.

Os meios digitais transformaram substancialmente a vida e as relações entre as pessoas na sociedade e este é um aspecto que precisa ser considerado quando se pretende elucidar as diferentes fases do desenvolvimento do ser humano numa perspectiva sócio histórico-cultural. O contato com recursos midiáticos por crianças e jovens, no início mais restrito ao contexto escolar, ampliaram-se e ocuparam os espaços de lazer, de comunicação e de criação, em diferentes contextos.

Na fase escolar que caracteriza a entrada da criança na escola, ela já traz consigo um repertório cultural e espera-se que a atividade de estudo possa ocupar o lugar central no seu cotidiano, em detrimento de outras atividades mais lúdicas e simbólicas como o jogo, por exemplo. Ao adentrar à adolescência novos interesses e formas de comunicação ganham espaço, com destaque para o social, para a elaboração de posicionamentos diante da realidade e de projeções para o futuro.

Considerando-se o rápido fluxo de informações e mudanças nos modos de comunicação e interações presentes na sociedade atual, é importante caracterizar a vivência das juventudes com a tecnologias digitais. Veicula-se que os jovens têm maior facilidade com a aplicação de diferentes recursos, associando a eles a expressão “nativos digitais”. Há estudos que não convergem com esta afirmação porque defendem que dominar as tecnologias vai além do uso utilitarista de algumas ferramentas.

Os chamados “colonizadores digitais”, embora nascidos na era analógica, trouxeram a sua contribuição para esta transformação. Já “imigrantes digitais” é uma referência àqueles que não aderiram rapidamente às novas formas digitais de comunicação e produção do conhecimento e precisaram se abrir a um período de aprendizagem de acordo com as necessidades cotidianas.

Dada a realidade, como já citado, tanto o segmento infantil como o juvenil não têm acesso com equidade ao universo conectado da rede, aos bens culturais, ao exercício pleno da cidadania, visto que, possuem condições básicas diferenciadas em termos de saúde, moradia, educação e trabalho, entre outras.

Há também um imaginário sobre a juventude, baseado em critérios gerais e reducionistas que muitas vezes a descrevem como problemática e imatura,

irresponsável. O uso do termo juventudes deve ser acolhido no sentido de demonstrar reconhecimento de que ser jovem não está associado ao pertencimento a uma única categoria na sociedade, ou seja, um jovem indígena, não pode ser classificado da mesma forma que outro que participa da comunidade do campo. Os jovens se conectam com outros, muitas vezes, de realidades distintas.

A grande capacidade de aprendizagem dos estudantes pode se revelar na escola, mesmo que o maior vínculo que estabelecem com a instituição se dê em primeira ordem com base nas relações sociais que estabelecem. Os profissionais da educação são instigados neste encontro de gerações a aprimorar sua ação por meio do reconhecimento e acolhimento das diferentes experiências que estes estudantes reúnem com as variadas possibilidades de acesso ao conhecimento presentes nos contextos dos quais participam.

A escolarização se estende à vida adulta e este processo demonstra que é possível continuar aprendendo ao longo da vida. O adulto tem a atividade de trabalho como principal, mas os ambientes formais e mesmo informais de educação fazem parte do seu cotidiano. Considerando-se a realidade brasileira, a mobilização para a aprendizagem nesta fase, se dá por inúmeros fatores, desde a alfabetização, a conclusão da Educação Básica, a busca por qualificação profissional, o interesse pessoal sobre um tema, entre outros. O acesso às possibilidades de formação promove a abertura de horizontes, a ampliação e aprofundamento do conhecimento.

Devido ao papel crucial que representa para o desenvolvimento humano e exercício da cidadania, a escola é desafiada a dialogar com as diferentes realidades vividas por seus interlocutores, os quais encontram-se em constante transformação ao longo da vida.

3.4 Educação; Ensino e Aprendizagem

Aprendizado ou aprendizagem é o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes e valores a partir de seu contato com a realidade, com o meio ambiente e com as pessoas. Para Vygotsky, a ideia de

aprendizado inclui a interdependência dos indivíduos envolvidos no processo - isto é, a relação entre aquele que aprende e aquele que ensina. Em outras palavras, o aprendizado ocorre na interação social. Ele dá relevante importância ao papel do outro no desenvolvimento dos indivíduos e só se desenvolve em relação ao ambiente cultural em que vive com o suporte de seu grupo de iguais.

Busca-se o desenvolvimento de uma concepção de ensino onde educador e educandos sejam sujeitos do seu processo de desenvolvimento, pois necessitam da mediação das experiências e saberes de ambos, para que se concretize a aprendizagem. Nessa concepção a função do educador deve ser a de oportunizar atividades que encaminhem o educando ao seu desenvolvimento potencial, dessa forma, é papel do educador ser mediador das atividades. Para tal, os conteúdos trabalhados nascem da necessidade que o educando encontra ao tentar realizar sua tarefa. Há a necessidade de criar situações em que o indivíduo seja instigado a refletir e buscar o conhecimento, por meio de circunstâncias em que ele precise fazer escolhas diante de problemas que surgem espontaneamente e não criados num clima artificial.

Prezamos em nossa escola por um espaço em que o professor não assuma a posição de concentrador do saber, mas sim o professor é quem direciona o trabalho pedagógico, o sujeito que proporciona um espaço democrático e aberto. Esse espaço distancia-se daquele em que geralmente nos colocamos em sala de aula: ditadores de um conhecimento que somente nós podemos disseminar.

O eixo organizador da prática pedagógica está na aprendizagem, entendendo que alguns alunos precisam de mais tempo e de metodologias diferenciadas para garantir que ocorra a efetiva aprendizagem, e vale lembrar o que Paulo Freire não se cansava de repetir: “ensinar exige comprometimento”.

A educação deve estar voltada para a formação integral do estudante, o que pressupõe o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e sócio nacionais, incluindo fortemente a emancipação que pressupõe o desenvolvimento da autonomia nas relações de ensino e aprendizagem a fim de propiciar o enfrentamento e busca de soluções para desafios e problemas reais em diferentes contextos.

O conceito de autonomia não está amparado na ideia de uma construção pessoal, como um objetivo a ser atingido, atendendo a demanda de um contexto no qual o indivíduo busca desenvolver uma marca, numa perspectiva mercadológica. A autonomia é tida no campo da pesquisa como base da prática pedagógica, considerando que os estudantes são seres ativos, que em seu processo de desenvolvimento atribuem sentido à sua história.

A formação a serviço da emancipação intelectual do sujeito valoriza a apreensão do conhecimento, o processo do “conhecer”, do “aprender a saber”, superando uma atividade de simples memorização. Nessa perspectiva o estudante assume papel ativo porque reflete, se engaja, age de forma a mobilizar esforços para apropriar-se de um conjunto de saberes essenciais para a compreensão crítica da realidade. Considera-se que a aprendizagem se dá em tempos e espaços diferentes, assim, aprende-se além da instituição escolar e os conhecimentos prévios são base para que ocorra um diálogo entre professor e estudante, entre estudantes e demais sujeitos que venham a participar do processo de aprendizagem de forma não hierarquizada.

Uma relação mais horizontal entre docentes e estudantes no processo de ensino e aprendizagem não pressupõe a fragilização do compromisso do professor com a garantia dos direitos de aprendizagem. Trata-se de ressaltar o papel mediador docente, responsável pela organização intencional dos diferentes espaços de aprendizagem, pela articulação das melhores estratégias de ensino em relação ao seu contexto de atuação, possibilitando o exercício do protagonismo estudantil.

Se a aprendizagem ocorre em tempos diferentes é importante reconhecer a heterogeneidade no contexto escolar. A homogeneização de alguns processos de forma estratégica na gestão pedagógica não pode substituir a adaptação e reformulação do planejamento sempre que as necessidades do contexto assim o exigirem.

As práticas pedagógicas escolares vão além da transmissão e reprodução do conhecimento porque os estudantes devem ser capazes de articular os saberes, desenvolver o pensamento crítico, elaborar conclusões, projetar o futuro, posicionar-se, reunindo argumentos com base no conhecimento científico e agindo de forma pertinente às necessidades de seu contexto.

Nesta perspectiva, a atuação docente é essencialmente mediadora visando favorecer a contextualização com base em uma organização pedagógica integrada. Busca-se uma aprendizagem que seja significativa, uma aprendizagem duradoura, em contraposição a uma aprendizagem mecânica. David Ausubel é a referência quando se aborda o tema. Para que tenha significado, o estudante deve se esforçar para conectar o “novo” conhecimento à sua estrutura cognitiva. O conhecimento prévio do estudante é a base para que os saberes possam se ancorar de forma significativa, ou seja, com sentido para o estudante.

Os elementos expostos convergem para uma organização didático-pedagógica que traga centralidade ao estudante no desenvolvimento da aprendizagem. No âmbito das metodologias participativas, a cooperação pode ser um passo inicial para que se atinja a colaboração. Os princípios da aprendizagem colaborativa por meio da partilha entre pares, sem hierarquia determinada, favorecem o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de autorregulação por parte dos estudantes. O professor deixa de exercer um papel de controle, impulsionando os integrantes da turma a tomarem decisões e atuarem com corresponsabilidade. Um exemplo desta prática se revela quando estudantes de um mesmo grupo se reúnem e juntos, de forma interdependente, buscam a solução para um problema, com o apoio ou não de recursos tecnológicos.

As chamadas metodologias ativas são incorporadas às aulas porque vão ao encontro de uma relação entre professor e estudante que tem como foco a aprendizagem e não o ensino e que por isso, dá centralidade ao estudante e não ao professor. Percebe-se que muitas delas estão sendo incorporadas às práticas pedagógicas, tais como: Sala de aula invertida, Instrução entre pares, Rotação por estações, Aprendizagem baseada em problemas, Gamificação.

3.5 Alfabetização e Letramento

Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupos de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócios

históricos da aquisição de uma sociedade. A alfabetização consiste no aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação.

A alfabetização promove a socialização já que possibilita o estabelecimento de novos tipos de trocas simbólicas, acesso a bens culturais. Alfabetizar é promover o indivíduo na socialização da gramática, suas variações, codificação e decodificação.

Um dos maiores desafios da escola é a superação da fragmentação do ensino. Neste sentido, a escola busca a qualidade e a apropriação dos conteúdos básicos e a consequente aquisição dos conhecimentos representados na capacidade do aluno em processar a leitura, a escrita e o raciocínio lógico-matemático para a resolução de problemas.

A alfabetização e seus desdobramentos é tema de discussões no âmbito educacional de nosso país, dada à associação feita com os índices de analfabetismo e de expressivas dificuldades em leitura e escrita identificadas na Educação Básica. Sabe-se que atuar em sociedade de maneira cidadã pressupõe a garantia do domínio da linguagem materna.

A superação do ato de ler simplesmente, de decodificar é uma ação na qual os profissionais da educação devem estar imbuídos e nem somente aqui incluídos os professores alfabetizadores. A apreensão da leitura e escrita mobiliza a capacidade de compreensão, interpretação e produção do conhecimento.

Ao se tratar do tema alfabetização, portanto, o termo letramento deve acompanhá-lo porque tendo a linguagem uma função social, o indivíduo letrado é capaz de fazer uso da língua em diferentes contextos e situações, compreendendo a alfabetização e letramento como um processo que acompanha todo o processo de desenvolvimento.

A adoção desta perspectiva por parte de gestores e professores possibilita mudanças qualitativas no encaminhamento do processo de alfabetização e letramento dos estudantes, visando superar possíveis lacunas ao longo da escolarização.

3.6 Currículo

O currículo pode ser entendido como uma relação de matérias, disciplinas com seu corpo de conhecimento organizado numa sequência lógica, com o respectivo tempo de cada uma (grade ou matriz curricular). Esta conotação guarda estreita relação com “plano de estudos”, tratado como o conjunto das matérias a serem ensinadas em cada curso ou série e o tempo reservado a cada uma. Se percorrermos historicamente a teoria curricular, podemos analisar o currículo escolar a partir de dois grandes eixos: as concepções tradicionais ou conservadoras e as concepções críticas. Com origem nos Estados Unidos, tanto as visões conservadoras como as críticas influenciaram sobremaneira o campo no Brasil.

No Estado do Paraná, a oferta do ensino fundamental, nas redes públicas, é organizada em regime de colaboração entre estado e municípios, na qual os anos iniciais estão municipalizados em 99,49% e 98% dos anos finais estão sob a responsabilidade do estado (BRASIL/INEP, 2017).

Há o cuidado de promover a transição entre as etapas do fundamental, anos iniciais para o fundamental, anos finais e deste último com a 1ª série do ensino médio de forma acolhedora e formativa, no sentido de que o estudante perceba que há uma continuidade nos estudos e que suas aprendizagens anteriores são relevantes para a continuidade em um novo segmento.

Diante da oferta da rede estadual, os referenciais curriculares que atendem aos segmentos da Educação Básica e que são a base para a construção das Propostas Pedagógicas Curriculares das escolas são: O Crep, Currículo da Rede Estadual Paranaense (anos finais) que complementa o já aprovado Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações. O Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, O Currículo da Formação Geral Básica do Ensino Médio e os Cadernos dos Itinerários Formativos organizados para as diferentes organizações escolares e todas as modalidades atendidas.

Há o chamado Currículo Priorizado, elaborado para priorizar elementos curriculares, entre eles, determinados conteúdos, diante do contexto da pandemia. Os documentos encontram-se disponíveis em:

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/estudo_planejamento/curriculos_priorizados
s.

A escola com base nos registros de aprendizagem dos estudantes realiza ações que remetem à flexibilização curricular, buscando em um processo de nivelamento, promover a aprendizagem qualificada de todos os estudantes;

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC para o ensino fundamental e médio apresenta os saberes essenciais que representam direitos de aprendizagem dos estudantes. Com a sua publicação, a normativa para a elaboração curricular define o desenvolvimento de competências e habilidades, apresentadas por áreas de conhecimento, numa perspectiva de formação integral.

O termo competência é definido pela BNCC como a “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018).

A BNCC inaugura um período em que se pretende uma ruptura com o currículo disciplinar até então vigente nas escolas do Paraná. A integração curricular foi trazida como estratégia de organização do currículo em áreas do conhecimento, a fim de dialogar com todos os elementos previstos na proposta pedagógica na perspectiva não linear da formação integral do estudante, contemplando seu projeto de vida e sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.

Nesta perspectiva, no estado do Paraná a elaboração do planejamento tem como ponto de partida os objetivos de aprendizagem, que regulam a prática docente na escolha das melhores estratégias para atingir o desenvolvimento das habilidades e conseqüentemente das competências gerais e específicas.

É fato que discursos atuais e pesquisas demonstram perspectivas diferenciadas na produção do conhecimento, apontando para práticas colaborativas, conhecimento em rede, integração disciplinar, inter e transdisciplinaridade, veiculando-se a ideia de conexão, interdependência entre os seres vivos, do respeito à Terra, à vida. Percebe-se que esta discussão chegou

aos documentos curriculares com forte apelo à integração dos saberes, à contextualização, ratificando a interrelação entre os componentes curriculares.

Assumir um currículo disciplinar significa dar ênfase à escola como lugar de socialização do conhecimento, pois essa função da instituição escolar é especialmente importante para os estudantes das classes menos favorecidos, que têm nela uma oportunidade, algumas vezes única, de acesso ao mundo letrado, do conhecimento científico, da reflexão filosófica e do contato com a arte. O currículo de uma escola do campo deve ter relação com o trabalho com a terra, ou seja, deve se adequar a realidade que cerca o educando. Por isso, a princípio deve se retirar o conceito de que a escola é mera transmissora de conhecimentos teóricos, mas sim um espaço de formação humana. Para isso faz-se necessário, pensar um ambiente educativo.

3.7 Educação inclusiva

O processo de inclusão depende das possibilidades do indivíduo e, em grande parte, da adaptação das instituições a essas possibilidades. As inclusões comunitárias pressupõem mudanças significativas na estrutura social e nas atitudes dos cidadãos.

A educação inclusiva significa a previsão de oportunidades equitativas, ou seja, iguais para todos os estudantes. Incluir inclusive os casos mais severos bem como aqueles mais dotados.

Mas para a inclusão acontecer na prática do nosso dia a dia em nosso estabelecimento escolar são necessárias mudanças desde a eliminação das barreiras arquitetônicas a viabilização de uma constante capacitação aos professores e todos os funcionários e apoio de uma equipe especializada, bem como propiciar o mobiliário necessário.

A escola precisa ter claro sua filosofia e seus objetivos bem definidos se adaptando às necessidades dos alunos e para isso, se destaca a necessidade de um currículo em que a flexibilidade, a abertura, a autonomia e a adequação, se

configurem como seus aspectos definidores, pois todos os alunos têm direitos de que lhes sejam oferecidos às oportunidades educacionais nas condições mais desafiadoras e favoráveis possíveis. Esse é o processo de inclusão, benéfico tanto aos alunos com necessidades especiais, quanto aos outros alunos, já que aprendem numa metodologia mais interativa, dispõem de mais recursos e adquirem atitudes de respeito e solidariedade

Quando se trata de educação inclusiva, conscientes da igualdade no direito à educação, deve-se assumir que nenhum estudante pode estar à margem, excluído do processo de aprendizagem. O princípio da equidade pode ser buscado no sentido de que aqueles com necessidades especiais tenham o que precisam para se desenvolverem como os demais. Isso pressupõe a existência dos recursos necessários, de formação continuada aos professores, de uma organização escolar que atenda a diferentes especificidades.

Salienta-se que a inclusão escolar, além de atender a uma determinação legal, trata do reconhecimento das diferenças entre as pessoas, as quais aprendem, interagem e se comunicam de maneiras diferentes. Apesar deste reconhecimento a inclusão não deixa de ser até os dias de hoje um desafio para as escolas e suas equipes. A literatura nos apresenta bases conceituais para compreendermos o universo das necessidades educativas especiais e como podemos promover efetivamente a inclusão no espaço escolar.

No Estado do Paraná, o Departamento de Educação Especial é o órgão responsável pela orientação da política de atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, em cumprimento aos dispositivos legais e filosóficos estabelecidos na esfera federal e em consonância com os princípios norteadores da Secretaria de Estado da Educação – SEED. Acredita-se que as instituições escolares e os profissionais da educação podem contribuir amplamente divulgando as práticas que se mostraram efetivas no processo de adaptação curricular.

3.8 Tecnologias educacionais, mídias digitais e plataformas educacionais

Há pouco tempo, para alguns educadores existia o temor de que os recursos tecnológicos aplicados à educação – as mídias educacionais – iriam substituir os professores. Esse temor mostrou ser sem fundamento, uma vez que uma mídia é apenas um meio e como tal não pode substituir o professor. O que efetivamente ocorreu foi um processo de incorporação das mídias como instrumentos para sistematizar a relação de ensino-aprendizagem e a organização educacional, sendo os professores os principais agentes de transformação por meio do desenvolvimento de projetos que sejam significativos para o aluno.

Com a evolução das mídias e a penetração de veículos de comunicação multimídias fala-se muito sobre o embotamento dos sentidos e da perda da sensibilidade, fruto do bombardeio de imagens e sons no mundo contemporâneo. O excesso de informações e estímulos externos dificultam a reflexão e a contemplação da realidade.

A velocidade que as novas tecnologias imprimiram nos modos de vida reduziu expressivamente a noção de tempo e espaço, porém a capacidade de reflexão e introspecção humana não evoluiu da mesma forma que a capacidade de percepção, ou seja, a percepção capta muitos estímulos que muitas vezes não são processados e não se tornam significativos. Para que o indivíduo se insira de forma ativa e crítica em meio à rapidez e a mistura de informações (verbais, visuais e sonoras), característica da sociedade atual, é necessário desenvolver a habilidade de análise e síntese de modo simultâneo.

O processo de ensino-aprendizagem comprometido com a formação global do indivíduo deve analisar criticamente o repertório de informações disponíveis nas mídias. A educação para a mídia deve funcionar levantando questionamentos, analisando as narrativas, conectando ideias, levando o aluno a fazer relações e elaborações pessoais sobre a sua visão da realidade, compartilhando-as no espaço da sala de aula. Assim o docente poderá entender a maneira como o educando elabora, recebe e processa as informações de caráter audiovisual veiculadas pelas mídias.

Dentre as mídias utilizadas no processo ensino-aprendizagem as mais utilizadas são o material impresso, a televisão/vídeo e o rádio. Além disso, tem-se a informática como uma das principais mídias utilizadas na atualidade, tendo a

particularidade de ser uma mídia multimídia, uma vez que agrega recursos de diversos tipos.

A cultura digital está muito impregnada na sociedade o que traz impactos positivos à área educacional, tais como a formação de comunidades de aprendizagem que reúnem grupos que se conectam, partilham informações e produzem conhecimento reunidos por interesses afins (colaboração, cocriação). Neste âmbito, é preciso considerar que nas interações em rede são veiculadas também informações falsas (fake news), o que demonstra o importante papel desempenhado pela educação formal e informal quanto ao desenvolvimento de um comportamento ético dos usuários da rede diante do grande fluxo de trocas que ocorrem por meio das redes sociais, de aplicativos e plataformas digitais, a fim de que usem o discernimento na ações de compartilhamento e produção do conhecimento.

Diante das novas formas de comunicação como a síncrona (interlocutores utilizam um canal de comunicação ao mesmo tempo) e assíncrona (a troca de informações não ocorre de forma simultânea) que se distinguem no ciberespaço, já são vividas nas instituições escolares novas possibilidades de desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Sabe-se que os estudantes e professores utilizam a comunicação em rede para atingir objetivos de aprendizagem pretendidos. Ressalta-se que, para usufruírem plenamente desta possibilidade faz-se necessário a organização prévia, a intencionalidade das ações, dirigidas ao uso efetivo dos recursos digitais disponíveis a favor da aprendizagem. Neste sentido, lembra-se que o acesso a uma gama de informações ou mesmo o uso da tecnologia digital não se traduz automaticamente em produção de conhecimento de qualidade e inovação da prática docente.

O Projeto Político-Pedagógico que visa à formação crítica e desenvolvimento da autonomia, pressupõe a viabilização de uma organização escolar que integre as tecnologias digitais aos processos formativos planejados e implementados. Os espaços de aprendizagem, antes utilizados majoritariamente para a transmissão de saberes, modificaram-se, são dinâmicos, presenciais e digitais, com evidenciada atuação mediadora dos docentes.

Dos profissionais da educação espera-se atualização constante visando sintonia com as possibilidades de inovação, incorporando diferentes ferramentas

pedagógicas à favor da aprendizagem, mobilizando situações interativas e colaborativas, com a participação ativa dos estudantes.

O uso de recursos tecnológicos para fins pedagógicos oportuniza o desenvolvimento de práticas inovadoras que potencializam o processo de ensino e aprendizagem. As mídias digitais são conteúdos divulgados por meio digital, ou seja, pela internet, pen-drive, as quais permitem a mediação e elaboração do conhecimento tanto por parte dos professores como dos estudantes. As plataformas educacionais constituem-se num conjunto de sistemas tecnológicos que oferecem a possibilidade de ampliação das experiências escolares, permitindo o desenvolvimento de habilidades e competências transversais, bem como o acompanhamento personalizado da produção do estudante, o qual pode avançar no processo de aprendizagem, definindo seu percurso, apoiado pelo professor.

3.9 Avaliação para a aprendizagem e Recuperação de estudos

A avaliação visa contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos, com vistas às mudanças necessárias para que essa aprendizagem se concretize e a escola se faça mais próxima da comunidade, da sociedade como um todo, no atual contexto histórico e no espaço onde os alunos estão inseridos.

No processo educativo, a avaliação deve se fazer presente, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino aprendizagem quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Assim a avaliação assume uma dimensão formadora, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitir que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica.

Para cumprir essa função, a avaliação deve possibilitar o trabalho com o novo, numa dimensão criadora e criativa que envolva o ensino e a aprendizagem.

Desta forma, se estabelecerá o verdadeiro sentido da avaliação: acompanhar o desempenho do presente, orientar as possibilidades de

desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas (LIMA, 2002).

Qualquer atividade que se exerça necessita, para alcançar o sucesso, ser bem planejada e avaliada criticamente, garantindo assim os seus resultados. De pouco adiantará iniciar e executar um trabalho, se não houver preocupação em avaliá-lo. Com isso, pretendemos assumir a avaliação como instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que este possa avançar no seu processo de aprendizagem.

Nossa intenção não é a classificação ou a retenção de alunos, pois vemos a avaliação classificatória como um instrumento estático no processo de desenvolvimento. Pretendemos, pois, identificar o processo de compreensão e assimilação do saber pelo educando para que a partir daí possamos adotar medidas de caráter diagnóstico, visando sua emancipação e autonomia, voltadas para a construção do sucesso escolar e da inclusão como princípio e compromisso social.

A concepção de avaliação que fundamenta o nosso trabalho tem sua base no materialismo histórico dialético, de modo que a concepção de homem é a de ser histórico, produtor de sua existência, transcendência da natureza e portanto, livre no sentido de agir intencionalmente de modo a construir possibilidades não previstas, não naturais, optar por uma coisa ou outra, decidir entre o que é bom e o que não é.

Desse modo educa e educa-se, avalia e avalia-se também e assim transforma e se transforma, faz-se humano. Avaliar, portanto, é uma ação intencional, pois é trabalho, o qual contribui para “fundar a humanidade do homem junto com a postura ética, para lhe dar sustentação”.

A avaliação deve ser emancipadora que implica em garantir o acesso ao conhecimento por parte do educando e avaliá-lo durante todo o processo de apropriação do saber.

A avaliação da aprendizagem será formativa diagnóstica, contínua permanente e cumulativa, dando ênfase aos aspectos qualitativos de aprendizagem sobre os quantitativos e na atividade crítica de síntese e elaboração pessoal, respeitando sempre a realidade individual de cada educando com base no crescimento para a autonomia.

Sendo assim o processo avaliativo terá de situar-se e estar a serviço de uma pedagogia preocupada com a transformação social e não com a sua conservação, deve ser um ato acolhedor, interativo e inclusivo, não um ato de julgar e excluir. A avaliação é a garantia do sucesso de toda a atividade da aprendizagem.

Cabe o senso crítico e à clareza de objetivos e valores do professor dividir a melhor forma de realizá-la, especialmente não reduzindo à simples verificação de resultados alcançados, mas considerando-a como o acompanhamento sistemático de todo o processo da tomada de decisões e da própria educação. Sendo assim, os critérios de avaliação devem revelar na sua prática a relação coerente com a DCE (Diretrizes Curriculares Estaduais), o PPP (Projeto Político Pedagógico) e o estabelecido no PTD (Plano de Trabalho Docente).

Os critérios de avaliação devem ser previamente elaborados pelo professor a partir dos conteúdos estruturantes e específicos, propostos no PTD, (Plano de Trabalho Docente) apresentados aos discentes, e se necessário, adequá-los às necessidades educativas apresentadas no contexto do processo.

A avaliação formativa assume uma “função remediadora” devido a ação contínua voltada às intervenções que se mostrem essenciais para a melhoria da aprendizagem dos estudantes, considerando-se que aprendem em ritmos diferentes. Neste ponto, destaca-se a **recuperação processual** como direito do estudante e compromisso que deve ser assumido por todos os envolvidos: a equipe diretiva propiciando ampla comunicação e apoiando ações que favoreçam a organização escolar, a equipe pedagógica orientando estudantes e responsáveis sobre a rotina de estudos, os direitos de aprendizagem e o devido acompanhamento escolar; ainda, apoiando e orientando o planejamento e a prática pedagógica junto à equipe docente. A “diferenciação e individualização” da aprendizagem é desafiante, mas torna-se um pressuposto que instiga os professores a buscarem diferentes estratégias para regular o processo de aprendizagem, visualizando e buscando atender a diferentes necessidades dos estudantes.

As avaliações externas podem ser aplicadas por um profissional participante da comunidade escolar ou não, e têm grande alcance (em larga escala). Sua importância deve-se ao fato de contribuir com o fomento, formulação

e monitoramento de políticas públicas. No contexto do ensino público, embasam diagnósticos e ações voltadas ao sistema educacional brasileiro.

Destaca-se o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) realizado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e elaborado a partir de matrizes de referência, com o objetivo de traçar um diagnóstico da educação básica brasileira, sendo aplicado a cada dois anos.

O IDEB é um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica que é composto pelos resultados do fluxo escolar e as médias de desempenho dos estudantes. O desempenho apurado no SAEB é associado às taxas de aprovação registradas no Censo Escolar.

A Prova Paraná Mais é uma avaliação em larga escala, que avalia, de forma censitária, o desempenho dos estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª e 4ª série do Ensino Médio da rede estadual do Paraná, bem como, os estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal daqueles municípios que aderirem à avaliação. Tem como objetivo verificar a qualidade da educação pública em todo o estado do PARANÁ, produzindo resultados por estudante, turma, escola, município, Núcleo Regional de Educação (NRE) e estado. Destaca-se como orientação balizadora os resultados da Prova Paraná Mais 2022, elemento importante no processo de (re)planejamento escolar considerando o contexto do retorno às aulas presenciais, após a sua suspensão, em março de 2020, devido à pandemia da Covid-19, e a necessidade de recomposição das aprendizagens para o ano de 2022 no estado e de replanejamento para o ano de 2023.

A Prova Paraná é um instrumento de avaliação elaborado com o objetivo de identificar as dificuldades apresentadas, bem como, as habilidades já apropriadas pelos estudantes durante o processo de ensino e aprendizagem nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa, Ciências da Natureza, Geografia e História e no Ensino Médio em Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa, Química, Física, Biologia, História, Geografia, Sociologia e Filosofia. É uma ferramenta para o professor e equipe gestora da escola, elaborarem a partir de evidências, ações para melhoria da aprendizagem.

3.10 Gestão Escolar

Conferir à escola maior poder de decisão é sem dúvida, livrá-la das amarras que constituem entraves à realização dos seus projetos, porém, isso implica aumento de responsabilidades para seus membros, sobretudo para o diretor. Neste sentido é preciso ter constituído nas escolas uma gestão democrática, que se efetive com a consciência pedagógica sobre o administrativo, demonstrada pela participação dos integrantes da escola bem como a da comunidade visando à divisão de responsabilidades através do exercício da cidadania.

Desenvolver uma cultura de participação e comprometimento supõe um redimensionamento dos papéis tradicionalmente executados e a utilização efetiva de órgãos colegiados existentes na escola. Do ponto de vista da direção espera-se o exercício efetivo da liderança enquanto elemento integrador e catalisador dos esforços do grupo.

Espera-se dele um trabalho de articulação tanto em nível interno, com seus pares, como com a comunidade de pais e representantes legais da comunidade ou ainda com as lideranças locais, a fim de obter o apoio necessário para a execução dos projetos assumidos pela comunidade escolar.

Sendo assim, a gestão da escola deve ser entendida como um processo que rege o seu funcionamento, compreendendo a tomada de decisões, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação referentes às políticas educacionais no âmbito da unidade escolar, com base na legislação em vigor e de acordo com as diretrizes fixadas pela SEED.

As relações com a comunidade escolar dimensionam os aparelhos de gestão participativa (eleição de diretor, Conselho Escolar, Conselho de Classe, dentre outros). “Natural é criar instâncias e fazer parte delas. Extraordinário é exercer a direção coletiva.”

O foco da Gestão Escolar é a organização do trabalho pedagógico, a ação do diretor e o papel do pedagogo na escola, para efetivação da organização escolar, dentro de uma perspectiva democrática na rede pública do Paraná.

A gestão democrática da educação é, hoje, um valor já consagrado no Brasil e no mundo, embora ainda não totalmente compreendido e incorporado à prática social global e à prática educacional brasileira e mundial. É indubitável sua necessidade para a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária. É indubitável sua importância como fonte de humanização (Ferreira, 2000, p.167).

A relação entre as pessoas é uma relação horizontal, uma relação entre iguais. Dessa forma, não se deve negar o outro, se não estará negando a si próprio. Devem-se reconhecer os direitos dos outros, pois assim os seus também serão reconhecidos.

A democracia deve sempre visar o viver coletivo, sustentando as relações humanas, tendo o diálogo e a alteridade como base para a sua edificação.

Gestão democrática é o processo político através dos quais as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola.

Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base à participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Atualmente, educar na e pela democracia pressupõe um cuidado especial nos discursos e nas práticas cotidianas da escola, permitindo que crianças e jovens se formem como cidadãos para uma sociedade educadora e democrática. Neste sentido, ressalta-se principalmente a necessidade de real envolvimento da equipe interna da Escola na consecução dos objetivos idealizados, cuja atração é, sem dúvida, determinante para que o progresso pedagógico se desenvolva de forma participativa e democrática.

A partir destas considerações, deve-se entender o projeto político pedagógico da escola como instrumento representativo dos interesses da comunidade escolar e que, para sua efetividade, não pode prescindir da participação dos atores que constituem: alunos, pais, professores, equipe pedagógica, funcionários e direção da escola.

A atuação do diretor escolar é crucial para o aprimoramento da gestão em direção a resultados positivos quanto ao rendimento dos estudantes. Membros da

comunidade participam dessa administração por meio das instâncias colegiadas, assim como, funcionários administrativos e equipe pedagógica. Profissionais da educação, com base em seus méritos, muitas vezes ligados à docência assumem esta responsabilidade por escolha de seus pares e da comunidade em geral ou por critérios de seleção e para tal buscam desenvolver competências para o exercício da função.

Heloísa Lück é uma autora de referência nesta temática e indica que existem determinados conhecimentos, habilidades e atitudes que são esperadas de um profissional no desempenho de determinada função.

A gestão de uma instituição escolar precisa acompanhar as perspectivas de inovação disponíveis. A tecnologia com suas diversas possibilidades como recurso pedagógico deve estar presente, a interatividade e a mudança na organização de tempos e espaços de aprendizagem é uma realidade. Qual é a escola que queremos? Quais aprendizagens? Como será a escola do futuro?

Cabe à direção conhecer os desafios que a sociedade contemporânea impõe à estrutura escolar diante de sua função social. Ter clareza dos segmentos que atende, a quem se destina a formação ali realizada, quem são os estudantes? De onde eles vêm? Quais seus interesses e expectativas?

Para gerir as atividades de ensino e aprendizagem é necessário ter uma atuação que ultrapassa o caráter administrativo e assume uma perspectiva pedagógica. Como é constituída a equipe docente? São profissionais de carreira? Qual o nível de formação e experiência? Como se dá a formação em serviço no espaço escolar?

São várias as dimensões que envolvem a gestão de uma escola. A comunidade escolar precisa participar, ser convidada a estar presente e sentir-se reconhecida, acolhida, mediante o contexto no qual a instituição está inserida. O exercício de uma efetiva liderança pode contribuir para a construção de uma cultura escolar baseada no compromisso e engajamento dos que a constituem, formando laços de equipe com ações planejadas que vão ao encontro de objetivos educacionais.

3.11 Formação Continuada do professor

Na Instituição existe uma grande preocupação com a formação continuada de todos os profissionais envolvidos no processo educacional, pois se sabe que as mudanças de concepções e métodos educacionais são constantes, e é absolutamente inquestionável o fato de que os profissionais precisam estar constantemente atualizando-se.

Salientamos a palavra profissional, pois hoje se reconhece que a educação não acontece apenas no espaço da sala de aula e, educador não é apenas o professor, mas todos aqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos no processo educacional.

Justificando-se no fato de que o ser humano aprende através da interação com o outro em todos os momentos ou situações que estiver presente. Segundo CUNHA, “[...] é fundamental muito estudo para dominar a matéria e a cultura mais ampla (...) domínio do conteúdo, a capacidade de interpretá-lo e localizá-lo histórica e socialmente [...]” (1994, p.127).

O autor ressalta também a importância de valores como, por exemplo, a honestidade no trato do conhecimento, o respeito à pessoa humana e a capacidade de relacionamento que está atrelado a formação do educador.

Vivemos numa sociedade em constante evolução, onde o grande volume de informações veiculadas nos mais diversos meios de comunicação e instituições sociais requer um cidadão que seja capaz de ler, organizar, compreender e transmitir tais informações, sendo a escola, em especial os professores, responsáveis para com a formação do cidadão no que se refere aos processamentos e a utilização desse amontoado de informações.

Diante disso, nós educadores sentimos a necessidade de se inserir nesse “mundo de informações”, através da busca ao saber, de novas metodologias de ensino e aprendizagem, de trocas de experiências com professores da mesma área e também de outras áreas.

Esta Instituição, conhecedora dos anseios dos profissionais que aqui atuam e preocupada em ter um corpo docente plenamente capacitado e atualizado, é consciente que a capacitação deve ser constante.

Por isso propõe como um momento de encontro e troca de experiências nas Reuniões Pedagógicas previstas em calendário escolar, e sempre que houver necessidade, onde estarão reunidos todos os professores das diversas áreas do conhecimento; podendo ainda ser realizadas nessas reuniões palestras e debates, com temas a serem definidos previamente pelos próprios professores e funcionários.

De modo a viabilizar a formação continuada de todos os profissionais em exercício a entidade mantenedora – SEED organiza no início do ano letivo e no segundo semestre letivo as Semanas Pedagógicas, conforme o previsto em calendário escolar, onde são discutidas com toda a comunidade as necessidades e possibilidades de cada instituição a partir de alguns referenciais teóricos definidos previamente.

Assim, cada Instituição estabelece, a partir das discussões realizadas no grupo, as metas para o próximo período letivo, pois entendemos que professores, equipe pedagógica, agentes educacionais, alunos, pais e comunidade não só fazem parte de um mesmo ambiente cultural, como também constroem este espaço devendo haver a integração entre toda a comunidade escolar na organização do trabalho pedagógico que define a identidade da escola e o papel de cada um na construção do Projeto Político Pedagógico.

Lembrando sempre, do fato de que nossos educandos aprendem também com gestos e exemplos de todos os envolvidos em seu ambiente de convívio, conforme afirma PARO, 1995:

[...] não apenas o professor, mas todos os que trabalham no interior do estabelecimento de ensino devem ser considerados como educadores escolares, já que todos têm contato com os alunos e transmitem a eles, por meio da comunicação ou do exemplo, elementos formativos e informativos.

Na qual é essencial para o seu crescimento constante como profissionais, como cidadãos e como pessoas. Salientamos ainda que a rede pública estadual de ensino do Paraná tem um amplo programa de formação continuada, sob as formas centralizada e descentralizada, presencial e a distância, por meio de cursos, simpósios, seminários, Semana Pedagógica, Formação em Ação, PDE, Equipe Multidisciplinar (que é realizada através de encontros presenciais realizado de acordo com o cronograma previsto no sistema) GER (grupos de

estudos em rede), GTRs (Grupo de Trabalho em Rede) Hora Atividade Interativa quando possível concentrar, Plataforma Paulo Freire, uso de mídias como WEB, Além das ações voltadas à produção de conteúdos utilizando as mídias web (Portal dia-a-dia educação) e as Coordenações Regionais de Tecnologia na Educação (CRTEs) vêm desenvolvendo junto às escolas um trabalho voltado para o uso de tecnologia com a utilização de diferentes recursos tecnológicos e com apoio de materiais impressos que, além de oferecer assessoria operacional e instrumental para a utilização dos equipamentos, promove e incentiva a análise e a discussão com os educadores da rede pública acerca da inserção das tecnologias no universo educacional, contribuindo assim com a melhoria da qualidade da Educação Básica no Paraná.

Se a formação prévia adequada é imprescindível à competência profissional daqueles que atuam na educação, a formação continuada é continuada constitui um dos aspectos fundamentais da valorização dos profissionais da educação aos quais é assegurado “progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho” seguindo assim o que é determinado na LDB em seu Artigo 67, inciso IV.

A formação docente é um elemento indissociável quando se pretende colocar um plano de trabalho em ação, ou seja, a formação ressignifica a prática pedagógica, orientada ao atendimento de um determinado contexto de aprendizagem. Estudos sobre o tema demonstram que somente a formação inicial não é suficiente para o enfrentamento dos desafios inerentes à atuação profissional.

Defende-se a formação para e no exercício da função. Isto quer dizer que há pesquisas e experiências que defendem a participação do professor em seu processo formativo. Os docentes têm condições de refletir sobre a própria prática e para tal necessitam de espaços de discussão no seu ambiente mais próximo de atuação: a escola. A interação entre pares pode ter um efeito mobilizador da aplicação de novas possibilidades pedagógicas às estratégias de ensino, com novos e/ou melhores resultados para a aprendizagem dos estudantes.

Ratifica-se que a associação entre teoria e prática no contínuo processo formativo dos professores é fundamental para que a atividade de ensino tenha sentido e mobilize as mudanças necessárias. Exemplos de formação continuada

em serviço no estado do Paraná podem ser citados, como a Observação em Sala de Aula e o Grupo de Estudos: Formadores em Ação.

A **observação de sala de aula** é uma metodologia de formação em serviço que possibilita ao professor e a Equipe Gestora refletirem sobre o processo de ensino a partir de questões propositivas. É uma prática construída por meio de combinados entre a equipe e o docente e, principalmente, é uma ação formativa que envolve três momentos: antes, durante e depois. O **antes** constitui-se na preparação para a realização da observação de sala de aula, ou seja, é preciso começar pelo acolhimento e pelo **objetivo**, delimitando o que espera do professor e aonde pretende chegar. O **durante** é caracterizado pela efetivação dos instrumentos e critérios previamente estabelecidos no acompanhamento da hora-atividade. Para esta ação é importante que o observador escolha um local estratégico em sala de aula, utilize os instrumentos e critérios previamente combinados, bem como evite interferir na dinâmica de trabalho do professor. O **depois** deve acontecer com a finalidade de construir o feedback formativo da observação realizada, de forma dialógica. Para esta ação é importante que o observador planeje a devolutiva, o que envolve o agendamento de dia e horário, formas de registro, questões propositivas e sugestões de trabalho pautadas nas técnicas de Lemov.

O **Formadores em Ação** constitui-se num grupo de estudos voltado à formação continuada em serviço dos profissionais da educação, que prioriza e oportuniza a troca de experiências entre pares, trazendo o próprio professor e pedagogo da rede para mediar e compartilhar discussões e aprendizagens. A proposta é que por meio da **troca de experiências e do trabalho colaborativo**, possam ressignificar a sua prática pedagógica, adotando metodologias ativas e recursos tecnológicos para aperfeiçoá-la, tornando a aprendizagem dos estudantes mais significativa. Atualmente o GE conta com 58 temáticas, buscando atender e contribuir com as diversas realidades da rede estadual do Paraná.

3.12 Clima Escolar

A escola tem papel fundamental na formação do indivíduo possibilitando que todos tenham acesso aos direitos sociais e o resgate da cidadania, através da qual desenvolvem as competências básicas relativas aos aspectos intelectuais, afetivos, morais e socioculturais dos alunos. As construções das regras da escola estão baseadas no Regimento Escolar, documento legal das escolas, que trata sobre a organização do trabalho pedagógico e administrativo da escola, descrevendo os direitos, deveres e proibições de todos que fazem parte da comunidade escolar. Em relação a organização do tempo escolar, segue o calendário escolar, aprovado segundo a Legislação nº 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - que no artigo 24 descreve “a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais quando houver”. Os espaços escolares serão organizados segundo a demanda e necessidade da escola para atendimento dos alunos.

Espaço escolar não se resume apenas em um prédio escolar, mas sim um espaço de desenvolvimento cognitivo e de construção das relações interpessoais. Segundo Vygotsky (2003, p.64), “o ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial ao seu desenvolvimento”.

O ambiente, com ou sem o conhecimento do educador, envia mensagens e, os que aprendem, respondem a elas. A influência do meio através da interação possibilitada por seus elementos é contínua e penetrante. As crianças e ou os usuários dos espaços são os verdadeiros protagonistas da sua aprendizagem, na vivência ativa com outras pessoas e objetos, que possibilita descobertas pessoais num espaço onde será realizado um trabalho individualmente ou em pequenos grupos. OLIVEIRA (2000, p.158).

Assim, o espaço educativo deve ser planejado de forma a satisfazer as necessidades dos educandos, ou seja, tudo deverá estar acessível ao educando, onde o seu desenvolvimento ocorrerá de forma a possibilitar sua autonomia, bem como sua socialização dentro das suas singularidades.

No Colégio Estadual Cristo Rei, a diferenciação curricular acontece de acordo com a necessidade específica do aluno. É importante identificar e reconhecer as especificidades que antecedem a aprendizagem para planejar a adaptação necessária para atingir a aprendizagem. Desta, forma os professores procuram fazer as adaptações aos conteúdos de suas disciplinas, como: atividades impressas com fontes maiores, uso do notebook na sala para pesquisa, aulas com uso da TV pendrive, imagens para visualizar facilitando a compreensão, adequação a temporalidade das atividades respeitando seu ritmo, ajudar o aluno quando necessário, adequar o aluno ao grupo, encorajar o aluno.

Nos casos de alunos egressos do Sistema Socioeducativo, a escola deve assegurar a possibilidade de continuidade dos estudos ou do ingresso na escola a qualquer momento do ano letivo. O atendimento educacional aos egressos deve ser garantido, independente da modalidade ofertada, mantendo-se o acompanhamento de sua frequência e trajetória escolar pela instituição responsável e pela promoção de seus direitos educacionais.

Já os alunos atendidos pelo Programa SAREH, têm direito ao atendimento domiciliar os/as estudantes impossibilitados de frequentar a escola por estarem realizando tratamento de saúde e, que necessitem de continuidade em seu processo de escolarização e manutenção do vínculo com seu ambiente escolar. Em nossa escola, o professor vai até o local onde o aluno está para ministrar sua aula e o pedagogo da escola acompanha e orienta o professor.

Avaliações programadas de acordo com o desenvolvimento do aluno, com tempo diferencial e explicações detalhadas. Todas as ações e atividades desenvolvidas primam pela autonomia e independência do aluno, demonstrando a necessidade do trabalho colaborativo, professor das disciplinas, professor da sala de recursos e família que contribuem para aprendizagem desse aluno. A adaptação organizativa propõe conteúdos e objetivos de interesse do aluno ou diversificados, para atender às suas necessidades especiais.

Organização dos períodos definidos para o desenvolvimento das atividades previstas: Objetivos e conteúdo, priorização de áreas ou unidades de conteúdos

que garantam funcionalidade e que sejam essenciais e instrumentais para as aprendizagens posteriores, como: habilidades de leitura escrita, cálculo, etc.

Em consonância com o Decreto-Lei nº 1044/69 e com Lei nº 6202/75, o atendimento aos alunos afastados por atestado médico se dá através de atividades e trabalhos enviados para que façam em casa com orientação dos professores sobre como devem desenvolver os mesmos. A articulação entre família e escola acontece com mediação da equipe pedagógica que organiza com os docentes e repassa para os alunos ou seus familiares.

A evasão escolar ainda é um dos grandes desafios a ser enfrentado, sendo responsabilidade de todos, no sentido de garantir a inclusão da população infantojuvenil no sistema educacional. É importante que haja o compromisso de cada cidadão, verificando se há em sua comunidade, crianças e/ou jovens que não tenham tido ou não tenham acesso à rede de ensino.

De acordo com estudos realizados, a evasão escolar pode ocorrer por diversos motivos, os quais, de acordo com a concepção democrática de escola como direito de todos, devem ser investigados, visando identificar as causas e situações que impedem a permanência ou o acesso de crianças e adolescentes na escola.

Com base em diagnósticos precisos, deve-se buscar soluções para eliminar as dificuldades enfrentadas por um contingente expressivo de crianças e jovens e suas famílias, para manter em curso regular a sua educação. A escola tem o papel mais importante nesta ação, pois o aluno está diretamente vinculado a ela em seu dia a dia.

É necessário que a escola tome todas as iniciativas para garantir a permanência do aluno no sistema educacional, conscientizando-o da importância da educação em sua vida e para seu futuro, mantendo contato frequente e direto com os pais ou responsáveis, enfatizando sua responsabilidade na educação e formação de seus filhos.

Através do Programa de Acompanhamento ao Abandono e Evasão Escolar, a atuação da escola é essencial, pois além da família, as instituições

educacionais também são responsáveis pelo desenvolvimento pessoal e social da criança e adolescente.

O principal agente desse processo é o professor, na medida em que, constatada a ausência do aluno por cinco dias consecutivos ou sete dias alternados no período de um mês e esgotadas as iniciativas a seu cargo, comunicará o fato à equipe pedagógica da escola, que entrará em contato com a família, orientando e adotando procedimentos que possibilitem o retorno do aluno, encaminhando o caso, quando necessário, aos setores competentes (Conselho Tutelar e Ministério Público). O colégio também faz um controle diário de frequência para ter um maior controle de faltas dos alunos.

Para que a evasão não aconteça, a instituição escolar deve ficar atenta, a fim de perceber em que momento as causas que levam à infrequência extrapolam a sua competência, para então acionar as demais instituições que compõem a Rede de Proteção da criança e do adolescente para promover a reintegração escolar do estudante infrequente.

Com base nas diretrizes da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED, que contemplam a articulação, integração e conscientização de todos os envolvidos no processo de ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, a Coordenação de Gestão Escolar, com apoio do Ministério Público do Estado do Paraná, e da Associação dos Conselhos Tutelares, atendendo ao disposto no Termo de Convênio de Cooperação Técnica celebrado em 21/11/2012, apresenta o Caderno de Orientações do Programa de Combate ao Abandono Escolar no Paraná. As ações previstas neste documento visam contemplar o roteiro técnico de atuação e modelo de notificação obrigatória de aluno ausente, visando assegurar a permanência e o sucesso da aprendizagem dos estudantes matriculados nas escolas públicas do Paraná. Os agentes do programa são: professor, equipe pedagógica e diretor, orientando e adotando procedimentos que possibilitem o retorno do aluno.

Outra questão que permeia o assunto Clima Escolar é o enfrentamento à violência. Todos componentes curriculares perpassam, em seus conteúdos ao longo do ano letivo, pelos assuntos relacionados à violência, nas mais variadas

manifestações. Os componentes trabalham noções de cidadania, com atividades e aulas ministradas que demonstrem a desaprovação da prática de atos de violência e do uso de drogas lícitas e ilícitas, alertando aos riscos à saúde que estas substâncias causam.

O Colégio segue o Guia de Orientação às Equipes Diretivas e Pedagógicas dos Protocolos de Situações de Violência Intra e Extra Escolar, emitido pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte - Diretoria de Educação – DEDUC; Departamento de Educação Inclusiva; Coordenação de Diversidade e Direitos Humanos e Equipe Educação em Direitos Humanos.

4. Objetivos e Metas:

Objetivo:

- Manter altos índices de frequência dos estudantes no Colégio Estadual Cristo Rei.

Metas:

- Atingir e manter o percentual de 90% de frequência em todos os Núcleos Regionais de Educação (o ideal a atingir é de 100%, mas é preciso lembrar que a meta deve ser exequível com base na realidade escolar);
- Monitorar diariamente a frequência escolar por meio do BI Presente na Escola
- Comunicar à comunidade escolar a importância da frequência para a aprendizagem;
- Promover campanhas na escola mobilizando os estudantes em prol da manutenção da assiduidade.

Objetivo:

- Aprimorar progressivamente a qualidade da aprendizagem dos estudantes nas escolas estaduais no Colégio Estadual Cristo Rei.

Metas:

- Planejar ações pedagógicas coerentes a fim de recompor as aprendizagens (Currículo Priorizado);
- Acompanhar periodicamente os níveis de aprendizagem atingidos pelos estudantes, intensificando as ações que impactam na melhoria dos resultados de aprovação;
- Envolver a comunidade escolar nos processos de avaliação externa;
- Instigar o protagonismo dos estudantes na conscientização de seus pares sobre a contribuição e participação efetiva nas avaliações externas (Prova Paraná e Prova Paraná Mais);
- Avaliar as habilidades e competências desenvolvidas pelos estudantes e intervir a tempo para superar possíveis dificuldades;

- Incluir estudantes no PMA - Programa Mais Aprendizagem, atendendo à prerrogativas do programa;
- Utilizar os recursos pedagógicos disponíveis, tais como, as plataformas digitais, o RCO+ aulas e livros didáticos.

Objetivo:

- Garantir a permanência dos estudantes na escola, reduzindo progressivamente a evasão escolar até atingir a completa interrupção dessa problemática.

Metas:

- Levantar informações sobre a evasão escolar na instituição de ensino;
 - Comparar os indicadores de frequência ao longo do tempo (ano a ano, a cada período avaliativo) a fim de que a gestão avalie e encaminhe ações assertivas que atendam à necessidade de seu contexto escolar;
 - Sobre o preceito legais que visam a proteção do direito à aprendizagem das crianças e adolescentes, assim como, possíveis sanções caso não sejam respeitados;
 - Realizar ações de busca ativa visando o retorno do estudante à escola;
 - Registrar no Sistema Educacional da Rede de Proteção - SERP as duas buscas ativas realizadas pela escola, após esgotados os esforços;
 - Apresentar o caso aos equipamentos da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, encaminhar para manutenção das medidas protetivas à criança e adolescente no combate ao abandono escolar.

5. ELEMENTOS OPERACIONAIS:

O **Plano de Ação** compõe-se de elementos específicos que visam ao enfrentamento das fragilidades e às metas/objetivos da instituição de ensino, bem aos elementos comuns (procedimentos) que atendem as normatizações internas e a legislação vigente.

5.1 Elementos ESPECÍFICOS

<https://docs.google.com/document/d/1Jj02oNCWQUH7j14sHeVIBEthkCePdVpl/edit?usp=sharing&ouid=104290443571467584280&rtpof=true&sd=true>

5.2 Elementos COMUNS

<https://docs.google.com/document/d/1pC5tg3Rh-MINAvARLD3zN8ZfvQI4H1mjThqvxK5xDGQ/edit?usp=sharing>

5.3 Outras ações didático-pedagógicas que a escola desenvolve:

a) Processos de classificação, reclassificação e adaptação.

Os processos de classificação, reclassificação e adaptação são organizados de acordo com a: Instrução n.º 08/2023 - DPGE/DEDUC/SEED

Os casos de classificação, reclassificação, adaptação, aproveitamento de estudos, revalidação e equivalência, transferência em regime de progressão parcial, são discutidos pelo Secretário e pelas Pedagogas da turma, seguindo as normas do Regimento Escolar e as orientações pertinentes, com a formação de uma banca de professores representantes, a organização de um plano de estudos dirigido, a elaboração, aplicação e correção de provas pelos professores, a análise dos resultados pela banca e o registro das notas nos documentos escolares pela secretaria da escola, com divulgação aos pais e estudantes.

Os Processos de Classificação e Reclassificação, conforme Regimento Escolar desta instituição de ensino, são procedimentos que podem acontecer nas seguintes situações:

A classificação é um procedimento para posicionar os alunos do ensino fundamental e ensino médio, na série compatível com a sua idade, experiências e desenvolvimento cognitivo. A classificação acontecerá por promoção devido ao aproveitamento. Por transferência, considerando a classificação da escola de origem. Ou ainda, independente da escolarização anterior, mediante avaliação feita por comissão de professores, equipe pedagógica e direção. Tal avaliação será realizada com a finalidade de posicionar o aluno na série compatível com sua idade, grau de experiência e desenvolvimento adquiridos por meios formais ou informais. Todo o processo deverá ser registrado em ata e o resultado irá para o Histórico Escolar do aluno.

A reclassificação, procedimento pelo qual, a escola pode avaliar aluno do ensino fundamental ou aluno do ensino médio, a fim de encaminhá-lo à etapa de estudo compatível com sua experiência e desenvolvimento, independente do que registre seu Histórico Escolar. Esse procedimento poderá acontecer quando os professores se depararem com situação em que o aluno apresente um nível de aprendizagem e desenvolvimento acima do esperado para a série em que está cursando. Após análise da situação de aprendizagem do aluno e verificando-se a possibilidade de aceleração dos estudos, o processo de reclassificação poderá ser realizado. Nesses casos, a escola segue as orientações e acompanhamentos quanto às normas legais e éticas, para que se efetue o processo.

A escola não oferta o processo de dependência, contudo, caso receba alunos nesta condição, ofertará plano de estudo especial. Acontecerá através de trabalhos relacionados ao período letivo da dependência, cabendo ao professor da disciplina, com a Coordenação Pedagógica, planejar o período e a forma adequada a sua aplicação.

O estudante, neste caso, é considerado aprovado quando demonstrar ter suprido suas defasagens e apresentar a nota mínima (6) seis.

b) Estágio não obrigatório.

Estágio não obrigatório conforme Lei Federal 11788/08, Decreto Estadual nº 8654/2010 e Instrução Normativa nº 28/2010SUED/SEED. Entende-se que estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de ocupação profissional, visando à preparação para o trabalho produtivo. Os estudantes devem estar frequentando o ensino a Instituição de ensino, na qual, é reconhecidos pela Secretaria de Estado da Educação ou pelo Ministério da Educação (MEC). Entende-se que o estágio obrigatório ou não obrigatório, oportuniza Inserção do estudante no ambiente de trabalho e assim, integrando-o no aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e de relacionamento humano no campo da prática profissional.

Torna-se obrigatório que a cada 6 (seis) meses, o estagiário deve apresentar ao Grupo de Recursos Humanos Setorial ou na Unidade de Recursos Humanos do órgão contratante uma declaração de matrícula atualizada.

São consideradas condições adequadas para o desenvolvimento do estágio um ambiente de aprendizagem social, profissional e cultural que possibilite o desenvolvimento de atividades contextualizadas com o currículo; acompanhamento da instituição de ensino e supervisão da concedente; e, instalações que permitam proteção do estagiário conforme disposto nos art. 63, 67 e 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 18 da Deliberação nº 02/09 CEE/PR), apresentado no item 7.13 desta instrução normativa.

A jornada de estágio não pode comprometer a frequência às aulas e o cumprimento dos demais compromissos escolares e, não poderá ultrapassar

A jornada de estágio deve constar no Termo de Compromisso]

A duração do estágio, contratado com a mesma instituição concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência

O estágio, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

O descumprimento de qualquer um dos itens anteriores ou de qualquer obrigação contida no Termo de Compromisso, caracteriza vínculo de emprego do estudante com a parte concedente de estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

c) Atividades, programas e projetos.

Atividade de Ampliação de Jornada Escolar – AETE

De acordo com a Instrução Normativa Nº 05/2018 – SUED/SEED que rege a organização e funcionamento dos Programas de Atividades de Ampliação de Jornada Escolar que compõem a Educação Integral em Turno Complementar, ofertados nas instituições de ensino da rede pública estadual do Paraná a Educação Integral em Turno Complementar é uma das propostas de ampliação de jornada escolar que, juntamente com a Educação Integral em Tempo Integral - Turno Único (ETI), faz parte da Política de Educação Integral em Jornada Ampliada, da Secretaria de Estado da Educação.

O principal objetivo é ampliar tempos, espaços escolares e oportunidades de aprendizagem, visando à formação integral das crianças, adolescentes e jovens matriculados nas instituições de ensino da Rede Pública Estadual do Paraná. As aulas especializadas de treinamento esportivo serão organizadas em modalidades esportivas individuais e/ou coletivas, de acordo com o Esporte e Lazer. Os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, regularmente matriculados na mesma instituição de ensino, poderão participar das aulas de treinamento esportivo.

O trabalho pedagógico nas aulas de treinamento esportivo será organizado de modo a atender às fases de aprendizagem em cada modalidade esportiva sendo: a) Fase 1: Iniciação (fundamentos básicos das modalidades esportivas); b) Fase 2: Intermediária (aperfeiçoamento dos aspectos técnicos e táticos); c) Fase 3: Avançada (aprofundamento dos aspectos técnicos e táticos). As modalidades individuais e/ou coletivas, escolhidas pela instituição de ensino, deverão estar de acordo com o quadro de modalidades esportivas previstas no Regulamento dos Jogos Escolares do Paraná. As turmas das aulas de treinamento esportivo poderão ser organizadas em: a) modalidades coletivas: desenvolvidas com o mínimo de 20 (vinte) e o máximo de 30 (trinta) estudantes; b) modalidades individuais: desenvolvidas com o mínimo de 10 (dez) e o máximo de 30 (trinta) estudantes. As turmas para as modalidades coletivas deverão ser constituídas por estudantes do mesmo sexo, de acordo com as especificações de idade, definidas para as categorias A (15 a 17 anos) e B (12 a 14 anos), dos Jogos Escolares do Paraná. Nas modalidades individuais, para formação 178 de turmas, serão permitidas matrículas de estudantes de ambos os sexos e diferentes níveis de ensino (Fundamental e Médio).

A carga horária diária será de duas horas-aula, duas vezes por semana, totalizando quatro horas-aula, distribuídas de segunda a sexta-feira, em turno complementar: manhã, tarde, intermediário tarde (4) e, excepcionalmente, noite para estudantes maiores de 14 anos. Cada instituição de ensino poderá ofertar no máximo 4 turmas do Programa Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo. A instituição de ensino que ofertar o Programa Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo deverá, obrigatoriamente, participar dos Jogos Escolares do Paraná. Para atuar como docente no Programa Aulas Especializada de Treinamento Esportivo, o professor deverá na seguinte ordem de prioridade: a) ser concursado na disciplina de Educação Física; b) ter participado, nos últimos 05 (cinco) anos dos Jogos Escolares do Paraná, na modalidade específica, ofertada pela instituição de ensino, como professor responsável por equipe escolar, comprovada por declaração emitida pela própria instituição; c) ter participado, nos últimos 05 (cinco) anos dos Jogos Escolares do Paraná, como professor responsável por equipe escolar, com comprovação por Declaração emitida pela direção da instituição de ensino.

Programa Mais Aprendizagem

O Programa Mais Aprendizagem, nível 1, é ofertado no contraturno, no período da manhã e tarde, para os estudantes dos 6º anos e das demais séries com as defasagens de aprendizagem correlatas, de acordo com a Instrução n.º 04/202SEED/DEDUC.

O PMA é ofertado porque visa atender aos alunos dos 6º anos e das demais séries com necessidades de reforço em leitura, escrita, interpretação e resolução de problemas, para que consigam prosseguir sua trajetória escolar, acompanhando com êxito as aulas na turma de matrícula regular. O Programa Mais Aprendizagem demonstra ser mais amplo que a iniciativa anterior (Salas de Apoio) as quais eram destinadas apenas a alunos dos sextos e sétimos anos do Ensino Fundamental. Esse novo programa inclui todos os anos finais dessa etapa de ensino e também estudantes do Ensino Médio.

O referido programa apresenta a possibilidade de organização dos estudantes em três níveis objetivando atender melhor às necessidades pedagógicas de cada grupo de alunos:

No nível I os alunos com maior dificuldade, são aqueles que não conseguem trabalhar o raciocínio lógico e apresentam problemas de alfabetização, por exemplo.

O nível II seria um nível intermediário entre o primeiro e o III, Nesta Instituição as atividades do Mais Aprendizagem são realizadas no contraturno escolar e os professores de Língua Portuguesa e Matemática encaminham para a equipe pedagógica os nomes dos alunos que estão apresentando dificuldades de aprendizagem para participarem do Programa.

Sala de Recursos Multifuncional

Esta Instituição também possui Salas de Recursos Multifuncional a qual é regida pela Instrução n.º 09/2018–SUED/SEED que estabelece critérios para o Atendimento Educacional Especializado por meio da Sala de Recursos Multifuncionais, nas áreas da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e para os estudantes com

transtornos funcionais específicos nas instituições de ensino do Sistema Estadual de Ensino.

A Sala de Recursos Multifuncional é o espaço organizado com material didático, recursos pedagógicos, tecnológicos, de acessibilidade, de natureza pedagógica objetivando a oferta do Atendimento Educacional Especializado (Deliberação nº 02/2016 – CEE/PR). Tem por objetivo complementar a escolarização de estudantes com deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, matriculados nas instituições do Sistema Estadual de Ensino.

O atendimento da Sala de Recursos Multifuncional é direcionado aos estudantes matriculados em instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino, com diagnóstico de deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos, com problemas de aprendizagem, que requeiram análise e planejamento de ações de intervenção sobre os resultados avaliativos dos estudantes. A Organização da Sala de Recursos Multifuncional está de acordo com o que está disposto na Orientação nº 001/2016 – DEE, a qual orienta sobre a matrícula, a organização do cronograma de atendimento e a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado.

A sala de recurso multifuncional conta com duas turmas, uma no período matutino e outra no vespertino, com professores habilitados na área. Os materiais são disponibilizados pela SEED e há uma sala própria para os professores ministrarem suas aulas, sendo avaliadas também pela SEED e acompanhadas pelo pedagógico do colégio, com avaliações periódicas para observarmos o progresso do aluno para assim evoluir no seu aprendizado. Os professores trabalham com diferentes recursos a fim de oportunizar um trabalho diferenciado para aqueles que possuem necessidades especiais. Assim possibilita-se uma educação com equidade e permite que esse trabalho seja estendido às salas de aula regulares.

A equipe pedagógica e os professores da SRM, promovem uma mediação entre os alunos e docentes no sentido de que estes possam sentir-se seguros para realizarem as necessárias adaptações curriculares.

Aluno Monitor

O Programa Aluno Monitor é desenvolvido no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, organizado de acordo com a Instrução n.º 02/2023 – SEED/DEDUC. Com relação ao Programa Aluno Monitor, em caráter pedagógico, objetivando a melhoria da aprendizagem e a valorização do protagonismo dos estudantes. O Aluno Monitor torna-se um agente ativo na sua formação, contribuindo no processo ensino-aprendizagem.

O Programa Aluno Monitor possibilita ao estudante atuar em ações de monitoria em sala de aula ou no contraturno escolar, desde que apresente domínio em determinados conteúdos e condições operacionais para tal função. Com caráter pedagógico, tem como objetivo a melhoria da aprendizagem, sob a supervisão de professores das diversas disciplinas, as ações do Aluno Monitor compreendem desde a revisão de conteúdos em grupo, apoio ao professor na organização da sala de aula, até estudos preparatórios para avaliações. Tem como objetivo auxiliar na aprendizagem de estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental a 3ª série do Ensino Médio, que apresentam dificuldades na leitura, produção escrita e interpretação, bem como, possibilitar o levantamento de hipóteses, a percepção de diferentes pontos de vista na resolução de problemas e no entendimento dos desafios propostos pela matriz curricular do estado, dentro das disciplinas. Para exercer a função de Aluno-Monitor, o estudante deve atender os seguintes critérios: ter iniciativa, compartilhar conhecimento, ter bom desempenho nas disciplinas, competência comunicativa, repertório cultural, empatia e disponibilidade para comparecer às reuniões de orientação, organizadas pela equipe gestora.

A monitoria pode ser realizada durante a aula, mediante interesse, orientação e acompanhamento do professor regente, no turno em que o Aluno Monitor está matriculado, bem como no contraturno, na orientação de grupos de estudo ou de outras ações que atendam as expectativas dos estudantes, sob a supervisão dos professores.

d) Conselho Escolar, APMF, Grêmio Estudantil.

Conselho Escolar

Espaço de debates, discussões e tomada de decisões, como tal permite a professores, funcionários, pais e alunos explicitar seus interesses e reivindicações. É a instância com maior poder de tomada de decisões sobre assuntos referentes à escola, é o momento de contrapor interesses e tomar decisões com a participação da comunidade escolar.

“Embora a participação de pais e alunos nas decisões do Conselho Escolar nem sempre se façam da forma intensa que muitos poderiam esperar, o fato de ser este o local onde se tomam ou se ratificam decisões de importância para o funcionamento da unidade escolar tem feito com que este órgão se torne a instância onde se explicitam e procuram resolver importantes contradições da vida escolar.” (Paro, p. 154)

O Conselho Escolar é concebido como local de debate, análise e tomada de decisões, permitindo que professores, funcionários, pais e alunos explicitem seus interesses, suas reivindicações. A instância de caráter mais deliberativo, de tomada de decisões sobre os assuntos substantivos da escola, proporciona momentos em que os interesses contraditórios vêm à tona.

Os conselhos escolares são órgãos colegiados de vivência cidadã, de apropriação de saberes diferenciados, de democratização da escola, que tem influenciado as relações escola e comunidade, mas que exigem que seus atores sejam mais capacitados pelos órgãos centrais do sistema educacional e que suas práticas sejam orientadas para a democracia e a participação, e como órgão máximo de decisão no interior da escola, procura defender uma nova visão de trabalho.

O conselho escolar é, talvez, uma possibilidade de gestão articulada entre o público e o privado do conjunto de assuntos a escola, dos recursos financeiros e de aspectos pedagógicos e administrativos: partindo de problemas concretos vividos pela comunidade, pais e alunos, passam a compreender a vida escolar e a melhorar a qualidade de sua participação melhorando

consequentemente a qualidade da escola.

Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF

É outra importante instância colegiada auxiliar que tem a finalidade de colaborar no aprimoramento da educação e na integração família - escola - comunidade.

Com o repasse de recursos financeiros às escolas, a APMF deve exercer a função de administradora jurídica dessas verbas, tendo o aval dos pais, professores e funcionários na administração destes recursos.

A escola deve dar espaço para que os pais possam opinar, reivindicar e compreender a importância de seu papel no dia-a-dia da escola. É muito importante mobilizar a população para uma educação mais democrática e comprometida. Isso fará com que o governo se preocupe um pouco mais em prover às escolas os recursos necessários para uma educação de melhor qualidade.

“A participação de pais, professores, alunos e funcionários por meio da APMF, dará autonomia à escola, favorecendo a participação de todos na tomada de decisões no que concerne às atividades curriculares e culturais, à elaboração do calendário escolar, horário de aulas, enfim, a política global da escola.” (Veiga, p.120).

Na opinião da comunidade escolar, a APMF privilegia a legitimidade, a transparência, a cooperação, a responsabilidade, o respeito, o diálogo e a interação em todos os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da organização do trabalho escolar.

Investir em educação é muito mais do que abrir vagas, é ter responsabilidade com a formação de um novo cidadão que integrará o processo social, e será o principal personagem na busca pelo desenvolvimento e transformação da realidade vergonhosa que nosso país tem vivido. Esse investimento só trará frutos se for feito a partir da semente, ou seja, a educação como um todo, valorizada em sua totalidade.

Sobre esse assunto, Paulo Freire enfatiza bem a verdadeira condição da escolarização democrática vivida pela sociedade atual, onde afirma que: “Um desses sonhos para que lutar, sonho possível, mas cuja concretização

demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa”. (Freire, Paulo. Política e Educação).

Grêmios Estudantil

O grêmio é uma organização sem fins lucrativos que representa o interesse dos estudantes e que tem fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais. O grêmio é o órgão máximo de representação dos estudantes da escola. Atuando nele, os alunos defendem seus direitos e interesses e aprendem na prática, sobre ética e cidadania.

A Secretaria de Estado da Educação entende que toda representação estudantil deve ser estimulada, pois ela aponta um caminho para a democratização da Escola. Por isso, o Grêmio, nas escolas públicas deve ser estimulado pelos gestores da Escola, tendo em vista que ele é um apoio à Direção numa gestão colegiada.

Os Grêmios Estudantis compõem uma das mais duradouras tradições da nossa juventude. Pode-se afirmar que no Brasil, com o surgimento dos grandes estabelecimentos de ensino secundário, nasceram também os Grêmios Estudantis, que cumpriram sempre um importante papel na formação e no desenvolvimento educacional, cultural e esportivo da nossa juventude, organizando debates, apresentações teatrais, festivais de música, torneios esportivos e outras festividades.

As atividades dos Grêmios Estudantis representam para muitos jovens os primeiros passos na vida social, cultural e política. Assim, os Grêmios contribuem, decisivamente, para a formação e o enriquecimento educacional de grande parcela da nossa juventude.

O grêmio deve ser resultado da vontade dos próprios alunos estimulados pelos gestores da Escola, tendo em vista que ele é um apoio à direção numa

gestão colegiada. São eles que devem reconhecer a sua importância e que devem definir o seu perfil. Os grêmios, organizados dessa forma, exercem papel importante na formação do aluno, devendo ter uma dimensão social, cultural e também política.

As atividades dos Grêmios Estudantis representam para muitos alunos, os primeiros passos na vida social, cultural e política. Assim, os grêmios contribuem, decisivamente, para a formação e enriquecimento educacional de grande parcela da nossa juventude.

Nesse Estabelecimento de Ensino a organização, o funcionamento e as atividades do Grêmio, são estabelecidos em seu Estatuto, aprovado em Assembleia Geral do corpo discente desta escola, convocada para este fim, obedecendo à legislação pertinente.

e) Plano de Abandono da Brigada Escolar

<https://drive.google.com/file/d/1MCqx3aw-G7g8oxcN44iAQRzqd6jD9P0/view?usp=sharing>

f) A forma de acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico e da avaliação institucional.

Este projeto político pedagógico, enquanto documento, faz parte do material de apoio e pesquisa dos professores, funcionários e a comunidade local, ficando a disposição de todos em local acessível, sendo ainda que o mesmo busca ser discutido e acompanhado cotidianamente no ambiente escolar.

O Projeto Político Pedagógico é submetido à avaliação anual, bem como as ações nele propostas, sempre que se julgar necessário realizar as devidas adequações, tanto no documento quanto na prática escolar. Se constitui sempre dentro de um processo de avaliação democrática, formativa e especialmente qualitativa para que a melhoria da qualidade da educação seja concretizada.

A avaliação é imprescindível para que possamos avançar e atingir os objetivos da escola que queremos, principalmente quanto às práticas pedagógicas que estarão contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem, bem como a permanência do aluno na escola, em suma em prol de uma educação democrática e de qualidade.

A avaliação do pessoal docente que faz parte do Quadro Próprio do Magistério é feita pela SEED através do documento “avaliação de desempenho”. E os funcionários contratados pelo Regime do Processo de Seleção Simplificado – PSS que tiverem problemas de assiduidade e bom desempenho a SEED não renova o contrato de trabalho.

Os critérios que a escola utiliza para avaliação dos funcionários e professor é assiduidade, colaboração, iniciativa e participação em projetos. Também a escola realiza todas as etapas da Avaliação Institucional que contribui para que as escolas, passem a incorporar uma cultura de autoavaliação do processo de gestão, se constituindo em importante estratégia, imprescindível para melhorar o desempenho da escola, e para destacar e disseminar as experiências de referência na área, dos avanços da gestão escolar e sobretudo, para a melhoria dos níveis de aprendizagem dos alunos.

O currículo, utilizado traduz o trabalho coletivo dos profissionais comprometidos com a educação, que ao passar de cada ano com os avanços e as transformações caracterizam automaticamente mudanças de postura, conteúdos e metodologia que venham de encontro com a realidade de nossa escola.

A avaliação do currículo já está prevista no início do ano letivo no calendário escolar, que é o momento em que os profissionais da educação fazem uma reflexão sobre os aspectos positivos e as mudanças que devem ser feitas para melhorar o trabalho e realizam o planejamento das ações durante a Semana Pedagógica.

Também é promovida uma avaliação envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar com o objetivo de avaliar atividades pedagógicas desenvolvidas na instituição de ensino para redimensionar o processo educativo com vistas à melhoria na qualidade da educação. Para a realização da avaliação

institucional pressupõe-se a delimitação de indicadores e instrumentos, em consonância com a legislação vigente e orientações regulamentadas pela mantenedora, articulados com o PPP.

Todos os segmentos que compõem a comunidade escolar são avaliados pelos demais segmentos, sendo que a cada grupo é solicitado a avaliação de outros segmentos, excluído o seu próprio setor. Desta forma esperamos ter oportunidade de reflexão sobre o que os demais.

Consideramos atividades extracurriculares para professores a participação de grupos de estudos, capacitação e encontros. E para os alunos, seu envolvimento em projetos, ações em prol da escola e comunidade e viagem de estudos. A avaliação nesse sentido é feita no dia a dia através do diálogo e a valorização dos envolvidos.

O Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Cristo Rei será o guia da instituição de ensino, nele estão contempladas todas as nossas ações, portanto ele será avaliado constantemente. Porém, no início de cada ano faremos uma reflexão sobre seu conteúdo e renovaremos aquilo que não deu certo, ou aquilo que deverá ser atualizado.

Em suma, a avaliação da escola servirá para um redimensionamento de ações, visando sempre a melhoria do processo ensino-aprendizagem e da construção de uma autoestima elevada de toda a comunidade escolar.

g) O Calendário Escolar do ano vigente.

<https://drive.google.com/file/d/1E72K83-01c4yLBxyp9CXK0MVRhIMOfO7/view?usp=sharing>

6. PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR (PPC):

A PPC da Escola Estadual Cristo Rei, segue a matriz curricular em vigência para cada segmento, forma de organização e modalidade escolar. Além disso, sua definição por esta instituição tem como base os referenciais e currículos destinados à rede estadual de ensino do Paraná.

Considerando-se o contexto pós pandemia é preciso atender a necessidade de recomposição das aprendizagens, assim, os documentos norteadores são levados à prática de forma coerente com nossa realidade.

Para nortear a construção dos currículos das instituições de ensino público, privado e paraestatal, foi homologada pelo CNE através da Resolução CNE/CP Nº 2, em 22 de dezembro de 2017, a BNCC, na sua terceira versão. Sendo apresentada como um documento normativo com aplicação exclusiva à educação escolar, por isso,

[..] a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BNCC, 2018, p.8).

Sua implementação e construção deverá ocorrer em um processo colaborativo entre os entes federados, sendo estabelecido esse pacto interfederativo no PNE, previsto na Meta 15:

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (PNE - Lei nº 13.005, 25/06/ 2014).

A Meta 15 destaca a importância na condução da implantação da BNCC, destacando a necessidade e a importância do comprometimento das instâncias federais, estaduais e municipais, juntamente com a sociedade e com as comunidades escolares para garantir o direito à educação básica que contemple um currículo comum, zelando pela igualdade e equidade, sincronizada com as diversas identidades de cada região deste país.

Esse processo deverá contemplar as dez Competências Gerais da Educação Básica presentes na BNCC (2018), considerando os “conhecimentos historicamente construídos”, buscando a constituição de uma “sociedade justa, democrática e inclusiva”. Preocupada em “valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais”. Primando pela “curiosidade intelectual”, que irá “recorrer à abordagem própria das ciências”, provocando a “reflexão”, a “análise crítica”, a “criatividade”, e com possibilidades de “criar soluções”.

Zelando por uma educação que promova a “comunicação crítica, significativa, reflexiva e ética”, que venha a “produzir conhecimentos”, a “resolver problemas”, celebrando a “autoria na vida pessoal e coletiva”. Atendendo as necessidades do “mundo do trabalho”, principalmente, pelo pleno “exercício da cidadania”, atuando com base na “liberdade” e na “autonomia”, com “consciência crítica” e “autocrítica”, tendo “responsabilidade” para consigo, com o outro e com o que o seu entorno.

Uma educação que colabore em despertar a “consciência socioambiental”, o “consumo responsável”, e, especialmente, o “cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta”. Priorizando e promovendo o “diálogo”, o “respeito ao outro”, o cumprimento dos “direitos humanos”, cuidando do “acolhimento e valorização da diversidade”, valorizando cada um de “seus saberes” de cada indivíduo e a “diversidade humana”, atuando e se manifestando “sem preconceitos”. Prevalecendo a “autonomia” de cada cidadão, que possa tomar “decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários”. (BNCC, 2018, p. 9-10, recortes em destaques).

Entretanto, esse comprometimento está claramente estendido à sociedade em geral e aos entes federados, conforme a BNCC (2018). Destacando que a educação é uma das propulsoras das transformações socioeconômicas, culturais e tecnológicas. Esse processo de construção e de transformação por uma

sociedade e uma educação que viesse a abrandar as desigualdades sociais e, especificamente, as desigualdades educacionais, de acordo com a BNCC, que:

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias. (BNCC, 2018, p. 15)

Portanto, considera-se ser de suma importância internalizar, contextualizar e materializar dialogicamente as atuais políticas públicas em educação que estão sendo implantadas, em especial a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Como também, todo o processo de construção das PPCs, tornando-se um dos propulsores das reflexões-ações e das ações-reflexões de mudanças, integrando e interagindo com os avanços transformadores que promovam a autonomia da coletividade.

Trazendo agora, para organicidade institucional aponta-se que a elaboração do Calendário Escolar está baseada na LDB nº 9394/96, artigo 23 e 24; nas Instruções da SUED/SEED que determina o mínimo de oitocentas horas distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar. Contêm, também, datas determinadas para os conselhos de classe, reuniões pedagógicas, capacitações e demais especificidades da Instituição. Visando a oferta de ensino adequada e vigente em lei, garantindo o pleno desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

Sendo assim, os espaços educativos, os materiais didáticos e os equipamentos necessários precisam ser repensados para atender esta demanda. Este é o momento de rever os conteúdos e as concepções e práticas pedagógicas de avaliação do ensino e aprendizagem, diante do desafio de uma formação voltada para a cidadania, a autonomia e a liberdade responsável de aprender e transformar a realidade de maneira positiva.

Cabe ao estabelecimento de ensino assegurar a flexibilização dos tempos e dos espaços com vistas a uma efetiva aprendizagem em todas as dimensões do currículo, através da prática de uma avaliação ética e democrática, garantindo o acesso, a permanência e a aprendizagem promotora de autonomia e criticidade.

Para corroborar com as ações supracitadas, segue a Matriz Curricular do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio, de acordo com a Instrução 008/2011, estando organizada por disciplinas:

6.1 Curso: Ensino Fundamental Regular (anos finais)

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR MATEMÁTICA

https://docs.google.com/document/d/1QWlwecwaB8My6BPs_350lhSzei7zOumKHO3NCJ_vCbo/edit?usp=drive_link

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR LÍNGUA PORTUGUESA

https://docs.google.com/document/d/1iGCihGUEwkrOtAsnMTc18Xt4VXILDtIUxLTcuz13Sdl/edit?usp=drive_link

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR HISTÓRIA

https://docs.google.com/document/d/1TPD3GHE_Gkz-Nx58sCYPpZ_fs6MRydwEoBH2Rg_sLA/edit?usp=drive_link

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR GEOGRAFIA

https://docs.google.com/document/d/15nXmAME7-0e7OfnOxrcvAD22XwjTsg1ef0Vw6PJKqkU/edit?usp=drive_link

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR ENSINO RELIGIOSO

https://docs.google.com/document/d/1C2otByLPZcnxZMd6kuzutmNU-iwDFiUfzDzWMHbPE58/edit?usp=drive_link

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR EDUCAÇÃO FÍSICA

https://docs.google.com/document/d/1rD--_ngpUW9bSBrzixJM_EH7uYak_UjEMtTKo5TBIB4/edit?usp=drive_link

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR CIÊNCIAS

https://docs.google.com/document/d/1zHs1r6ZlIwxlyHaQ1Nohwiqeh4PzW974tuT_5LkvCvA/edit?usp=drive_link

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR ARTE

https://docs.google.com/document/d/1VktDoSJ-w7D90ISOJX4hbjCbcJMPAr4JbYkcCiAYEho/edit?usp=drive_link

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR LÍNGUA INGLESA

https://docs.google.com/document/d/1ISTJJ9p3satNSiEJtHPqRccERqjJh7IUvbSTABORjCI/edit?usp=drive_link

CURRÍCULO PRIORIZADO

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/estudo_planejamento/curriculos_priorizados

PENSAMENTO COMPUTACIONAL 2023 (8º E 9º ANOS)

https://docs.google.com/document/d/17agxEyhiHD0p6lCd-exp2Tj2klCcJ8xBe7PD5jNvxiQ/edit?usp=drive_link

6.1.1 Área de Linguagens e suas tecnologias

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR LÍNGUA PORTUGUESA CURRÍCULO PRIORIZADO.

https://docs.google.com/document/d/1iGCihGUEwkrOtAsnMTc18Xt4VXILDtlUxLTcuz13Sdl/edit?usp=drive_link

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

https://docs.google.com/document/d/1CfMuulv9J3PkYg16vNWDExHY4n4fuBQvU-CnkcVxIBs/edit?usp=drive_link

Tecnologias Educacionais, Mídias Digitais E Plataformas Educacionais

Há pouco tempo, para alguns educadores, existia o temor de que os recursos tecnológicos aplicados à educação – as mídias educacionais – iriam substituir os professores. Esse temor mostrou ser sem fundamento, uma vez que uma mídia é apenas um meio e como tal não pode substituir o professor. O que efetivamente ocorreu foi um processo de incorporação das mídias como instrumentos para sistematizar a relação de ensino-aprendizagem e a organização educacional, sendo os professores os principais agentes de transformação por meio do desenvolvimento de projetos que sejam significativos para o aluno.

O processo de ensino aprendizagem comprometido com a formação global do indivíduo deve analisar criticamente o repertório de informações disponíveis nas mídias. A educação para a mídia deve funcionar levantando questionamentos, analisando as narrativas, conectando ideias, levando o aluno a fazer relações e elaborações pessoais sobre a sua visão da realidade, compartilhando-as no espaço da sala de aula. Assim o docente poderá entender a maneira como o educando elabora, recebe e processa as informações de caráter audiovisual veiculadas pelas mídias.

Dentre as mídias utilizadas no processo ensino-aprendizagem, as mais utilizadas na escola são o material impresso, a TV Educatron, os nets verdes. Além disso, tem o laboratório de informática como uma das principais mídias utilizadas pelos professores garantindo o acesso às plataformas educacionais, tendo a particularidade de ser uma mídia multimídia, uma vez que agrega recursos de diversos tipos.

A cultura digital está muito impregnada na sociedade o que traz impactos positivos à área educacional, tais como a formação de comunidades de aprendizagem que reúnem grupos que se conectam, partilham informações e

produzem conhecimento reunidos por interesses afins (colaboração, cocriação). Neste âmbito, é preciso considerar que nas interações em rede são veiculadas também informações falsas (fake news), o que demonstra o importante papel desempenhado pela educação formal e informal quanto ao desenvolvimento de um comportamento ético dos usuários da rede diante do grande fluxo de trocas que ocorrem por meio das redes sociais, de aplicativos e plataformas digitais, a fim de que usem o discernimento nas ações de compartilhamento e produção do conhecimento.

Diante das novas formas de comunicação como a síncrona (interlocutores utilizam um canal de comunicação ao mesmo tempo) e assíncrona (a troca de informações não ocorre de forma simultânea) que se distinguem no ciberespaço, já são vividas nesta instituição escolar novas possibilidades de desenvolvimento das práticas pedagógicas.

O Projeto Político-Pedagógico que visa à formação crítica e desenvolvimento da autonomia, pressupõe a viabilização de uma organização escolar que integre as tecnologias digitais aos processos formativos planejados e implementados. Os espaços de aprendizagem, antes utilizados majoritariamente para a transmissão de saberes, modificaram-se, são dinâmicos, presenciais e digitais, com evidenciada atuação mediadora dos docentes.

Dos profissionais da educação espera-se atualização constante visando sintonia com as possibilidades de inovação, incorporando diferentes ferramentas pedagógicas à favor da aprendizagem, mobilizando situações interativas e colaborativas, com a participação ativa dos estudantes.

O uso de recursos tecnológicos para fins pedagógicos oportuniza o desenvolvimento de práticas inovadoras que potencializam o processo de ensino e aprendizagem. As mídias digitais são conteúdos divulgados por meio digital, ou seja, pela internet, as quais permitem a mediação e elaboração do conhecimento tanto por parte dos professores como dos estudantes. As plataformas educacionais constituem-se num conjunto de sistemas tecnológicos que oferecem a possibilidade de ampliação das experiências escolares, permitindo o desenvolvimento de habilidades e competências transversais, bem como o acompanhamento personalizado da produção do estudante, o qual pode avançar no processo de aprendizagem, definindo seu percurso, apoiado pelo professor.

As plataformas disponibilizadas trazem materiais alinhados ao Currículo da Rede Estadual do Paraná. O curso destas ferramentas são divididos por trimestres e aulas, e em cada aula estão incluídos os vídeos, artigos, exercícios, testes e desafios que verificam o nível de compreensão dos estudantes e mostram quanto os alunos realmente aprenderam nos temas abordados. Assim a escola segue as orientações.

A plataforma Khan Academy dentro do componente curricular de matemática, consiste em promover o aprendizado por domínio, isto é, o docente deve ter o cuidado de que o estudante precisa dominar totalmente um conceito antes de iniciar outro mais avançado. Seguindo a premissa de que essas atividades visam fortalecer a base de conhecimento dos estudantes e apoiar a recuperação da aprendizagem nos casos de eventuais lacunas observadas ao longo do processo escolar, a escola procura usar da melhor forma possível tal ferramenta.

Objetivando fomentar o gosto pela leitura, desenvolver competências leitoras, fortalecer o hábito de ler nas diferentes áreas do conhecimento e contribuir para o desenvolvimento da cultura digital, favorecer o processo ensino e aprendizagem, contemplando habilidades da BNCC e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa do nosso currículo, segue os links das **Plataformas**:

PLATAFORMAS EDUCACIONAIS

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/plataformas_educacionais

CURRÍCULO PRIORIZADO – LÍNGUA PORTUGUESA

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19509&ext=pdf&k=>

CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE (CREP) COMPONENTE

CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA

https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/crep_lingua_portuguesa_anos finais.pdf

a) Redação e Leitura (Parte Diversificada)

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR DE REDAÇÃO E LEITURA CURRÍCULO PRIORIZADO

<https://docs.google.com/document/d/1o0TnVQMr8xkLPklvUM6-EZFjw5cfxYvSutoyco1yu0U/edit>

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP

https://docs.google.com/document/d/1Re96TZeOfFyfaAKP4znnr_HltyvXUPwnWkfDQki2fJk/edit?usp=sharing

LEIA PARANÁ

<https://leiaparana.odilo.us/>

REDAÇÃO PARANÁ

<https://redacao.pr.gov.br/login>

REDAÇÃO E LEITURA

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19510&ext=pdf&k=>

CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE – COMPONENTE CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA

https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/crep_lingua_portuguesa_anos finais.pdf

b) Língua Inglesa (BNCC)

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR LÍNGUA INGLESA CURRÍCULO PRIORIZADO

<https://docs.google.com/document/d/1N8zssZLkyQezf1fE1XcDWzD2bcvhemOkSr7-i2EwSVo/edit?usp=sharing>

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP

<https://docs.google.com/document/d/11uFjLMYommYJdhAfySIYeOFKf0puz6hlqoeqo5xnvS0/edit?usp=sharing>

PLATAFORMA INGLÊS PARANÁ

https://efideu.b2clogin.com/efideu.onmicrosoft.com/B2C_1A_TrustFrameworkBase/samlp/sso/assertionconsumer

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR LÍNGUA INGLÊSA CURRÍCULO PRIORIZADO

https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/crep_lingua_inglesa_2021_anos finais.pdf

c) Arte (BNCC)

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR ARTE CURRÍCULO PRIORIZADO

https://docs.google.com/document/d/1wmf4tT_XCdM3FB_7fGaHwjUGYIdnHCqHxgOwrDoYm18/edit?usp=sharing

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP

https://docs.google.com/document/d/11rzzGVciEv1hvpT_hYudNmJZXOXJ83r4mAQSaxa0FC8/edit?usp=sharing

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR ARTE CURRÍCULO PRIORIZADO

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19502&ext=pdf&k=>

CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE COMPONENTE CURRICULAR DE ARTE

https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/crep_arte_2021_anos finais.pdf

d) Educação Física (BNCC)

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR EDUCAÇÃO FÍSICA CURRÍCULO PRIORIZADO

https://docs.google.com/document/d/1aQNmWlIi2QsNJ6bBZTwEfg_o9l6SF4-U_IYQGwWz8bA/edit?usp=sharing

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP

https://docs.google.com/document/d/1_Ky1tBngs2CvGt8SszoCkgalERMt0KQ55xZNRyRWlBm/edit?usp=sharing

CURRÍCULO PRIORIZADO – EDUCAÇÃO FÍSICA

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19504&ext=pdf&k=>

CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE COMPONENTE CURRICULAR LÍNGUA INGLESA

https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/crep_educacao_fisica_2021_anos finais.pdf

6.1.2 Área de Ciência Humanas e Sociais e Aplicadas

a) História (BNCC)

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR HISTÓRIA CURRÍCULO PRIORIZADO

<https://docs.google.com/document/d/19JZ2UdKYaFJs3nwApnHAMJPTiq8Hdmy9-VxqbTFUm-0/edit?usp=sharing>

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP

<https://docs.google.com/document/d/1fEbOEYUx7nm96KPspFG-TqER9qS7BY8g9-0NtWAY-3M/edit>

CURRÍCULO PRIORIZADO – HISTÓRIA

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19503&ext=pdf&k=>

CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE COMPONENTE CURRICULAR – HISTÓRIA

https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/crep_historia_2021_anos finais.pdf

b) Geografia (BNCC)

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR GEOGRAFIA CURRÍCULO PRIORIZADO

https://docs.google.com/document/d/1umrb4Kb_ixlG4C6CZvR1Mf-LGr2etiQ0M3FJhZw1hRo/edit?usp=sharing

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP

<https://docs.google.com/document/d/1NMfrUu1qnFwOXEnDBH-mSMqf3fBDvf2n756v5SE73kw/edit?usp=sharing>

CURRÍCULO PRIORIZADO – GEOGRAFIA

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19501&ext=pdf&k=>

CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE COMPONENTE CURRICULAR – GEOGRAFIA

https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/crep_geografia_2021_anos finais.pdf

c) Ensino Religioso (BNCC)

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR ENSINO RELIGIOSO CURRÍCULO PRIORIZADO

https://docs.google.com/document/d/1Hg_LbuQzLolKtsXCJq8Hct5GPYqW0DmLJ7zxBknRHA4/edit?usp=sharing

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP

<https://docs.google.com/document/d/1JugOH4kCE70OikTDR1pJ22c7QTBHPc8Q>

57HTEdIDtTE/edit?usp=sharing

CURRÍCULO PRIORIZADO – ENSINO RELIGIOSO

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19505&ext=pdf&k=>

CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE COMPONENTE CURRICULAR - ENSINO RELIGIOSO

https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/crep_ensino_religioso_2021_anos finais.pdf

6.1.3 Área de Matemática e suas Tecnologias

a) Matemática (BNCC)

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR MATEMÁTICA CURRÍCULO PRIORIZADO

https://docs.google.com/document/d/1And-z3nHa71u00XDKw8Ty0GiHluOXP_x8dWl2NovMmg/edit?usp=sharing

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP

<https://docs.google.com/document/d/1aklUqCwXp08ZZm3BKh2B855qYricFDd4faH-SvvODGk/edit?usp=sharing>

PLATAFORMA MATEMÁTICA PARANÁ MATIFIC – 6º E 7º ANOS

<https://www.matific.com/bra/pt-br/home/>

PLATAFORMA MATEMÁTICA PARANÁ KHAN ACADEMY – 8º E 9º ANOS

<https://pt.khanacademy.org/>

CURRÍCULO PRIORIZADO – MATEMÁTICA

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19499&ext=pdf&k=>

CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE COMPONENTE CURRICULAR - MATEMÁTICA

https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/crep_matematica_2021_anos finais.pdf

6.1.4 Área de Ciência da Natureza e suas Tecnologias

a) Ciências (BNCC)

QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR CIÊNCIAS CURRÍCULO PRIORIZADO

https://docs.google.com/document/d/10U-sinGD1ExwxyvKhINdFxcTjmVNerdY_RNxm-Pppuc/edit?usp=sharing

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO A PARTIR DO CREP

<https://docs.google.com/document/d/1mtvWt8Y5wkU1uqcG-MPOV-884D6HrpzP9qvVxCUOykY/edit?usp=sharing>

CURRÍCULO PRIORIZADO – CIÊNCIAS

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19506&ext=pdf&k=>

CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE COMPONENTE CURRICULAR – CIÊNCIAS

https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/crep_ciencias_2021_anos finais.pdf

6.1.5 *Pensamento Computacional (Parte Diversificada) - 8º e 9º anos*

EMENTA DE PENSAMENTO COMPUTACIONAL

<https://drive.google.com/file/d/1PcAIUAsfEt-71b1q8ibGYq7S-AwypIgc/view?usp=sharing>

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO

6.2 ENSINO MÉDIO REGULAR - 1ª e 2ª séries

(Formação Geral Básica; Parte Flexível Obrigatória; Parte Flexível: Itinerários formativos Integrados)

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO REGULAR

https://drive.google.com/file/d/14oOVwuBDhm_KjFXs9JS-pKM4HJK5ym4m/view

CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO DO PARANÁ: FORMAÇÃO GERAL BÁSICA

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2022-11/ensino_medio_curriculo_formacao_geral_basica.pdf

QUADRO ORGANIZADOR FORMAÇÃO GERAL BÁSICA CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO

https://docs.google.com/document/d/1lyPjCokEiMZvCLBxhK52Z2Bz1d8_SBDM/edit?usp=sharing&oid=104029137315819424475&rtpof=true&sd=true

ITINERÁRIOS FORMATIVOS 2023

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2023-01/nem_caderno_itinerarios_formativos_completo.pdf

6.2.1 FORMAÇÃO GERAL BÁSICA

Área de Linguagens e suas Tecnologias

QUADRO ORGANIZADOR CURRÍCULO PRIORIZADO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE: ARTE, LÍNGUA PORTUGUESA, LÍNGUA INGLESA E EDUCAÇÃO FÍSICA

ARTE

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19502&ext=pdf&k=>

LÍNGUA PORTUGUESA

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19509&ext=pdf&k=>

LÍNGUA INGLESA

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19500&ext=pdf&k=>

EDUCAÇÃO FÍSICA

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19504&ext=pdf&k=>

ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E APLICADAS

QUADRO ORGANIZADOR CURRÍCULO PRIORIZADO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE: HISTÓRIA, FILOSOFIA, GEOGRAFIA E SOCIOLOGIA

HISTÓRIA

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19489&ext=pdf&k=>

FILOSOFIA

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19497&ext=pdf&k=>

GEOGRAFIA

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19501&ext=pdf&k=>

SOCIOLOGIA

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19492&ext=pdf&k=>

ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS

QUADRO ORGANIZADOR CURRÍCULO PRIORIZADO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE: BIOLOGIA, FÍSICA, E QUÍMICA

BIOLOGIA

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true>

[rue&ref=19493&ext=pdf&k=](#)

FÍSICA

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19486&ext=pdf&k=>

QUÍMICA

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19491&ext=pdf&k=>

ÁREA DE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS

QUADRO ORGANIZADOR CURRÍCULO PRIORIZADO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE: MATEMÁTICA

MATEMÁTICA

<https://acervodigital.educacao.pr.gov.br/pages/download.php?direct=1&noattach=true&ref=19499&ext=pdf&k=>

6.2.2 Parte Flexível Obrigatória

EMENTAS DA PARTE FLEXÍVEL OBRIGATÓRIA PROJETO DE VIDA, EDUCAÇÃO FINANCEIRA, PENSAMENTO COMPUTACIONAL

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2023-01/nem_caderno_itinerarios_formativos_completo.pdf

PROJETO DE VIDA

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2023-03/nem_gui_a_docentes_projeto_vida2023.pdf

6.2.3 Parte Flexível: Itinerários Formativos Integrados

Trilhas de Aprendizagem (CHS e LGG)

ORATÓRIA I

<https://drive.google.com/file/d/1toNhaNoYIpsF5aU3HZVGxxm7ds4nSxO5/view?usp=sharing>

MÍDIAS DIGITAIS E PROCESSOS CRIATIVOS

<https://drive.google.com/file/d/14V7Aa3j6UjEKFAfieQT4NsISGAD8l1Zu/view?usp=sharing>

PRÁTICAS ESPORTIVAS

https://drive.google.com/file/d/1OEq3bXOBvBhCletRr5yA5Pb_fHrXsFeE/view?usp=sharing

LIDERANÇA E ÉTICA

https://drive.google.com/file/d/1w2bzDCYLXx4w_1Y_sB6SiE9vxDX56Q4k/view?usp=sharing

6.3 ENSINO MÉDIO REGULAR - 3ª série



DIRETRIZES CURRICULARES ESTADUAIS AINDA VIGENTES PARA A 3ª SÉRIE

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>



ePROCOLO



Documento: **PPP2023VersaofinalDocumentosGoogle.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ederson Oli Caldato (XXX.187.959-XX)** em 31/07/2023 19:35 Local: PBC187000106.

Inserido ao protocolo **20.828.845-8** por: **Ederson Oli Caldato** em: 31/07/2023 19:33.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

352d6f5d044a09fd3a59d27d44141752.



NÚCLEO REGIONAL DE PATO BRANCO
CRISTO REI, C E-EF M

Protocolo: 20.828.845-8
Assunto: PPP 2023 PARA APROVAÇÃO
Interessado: COLÉGIO ESTADUAL CRISTO REI - EFM
Data: 31/07/2023 19:33

DESPACHO

PPP 2023 PARA HOMOLOGAÇÃO



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_1.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ederson Oli Caldato (XXX.187.959-XX)** em 31/07/2023 19:35 Local: PBC187000106.

Inserido ao protocolo **20.828.845-8** por: **Ederson Oli Caldato** em: 31/07/2023 19:33.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
704c27a7877f744f576543c7e66aa5c4.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 217/2023 - NRE

O Governo do Estado do Paraná, mantenedor do **Colégio Estadual Cristo Rei – EFM**, no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações n.º 02/2018, n.º 03/2018 e 04/2021CP/CEE/PR e pelo Parecer de Legalidade n.º345/2023-NRE, **Núcleo Regional de Pato Branco**.

HOMOLOGA

Art. 1º - O Projeto Político-Pedagógico do **Colégio Estadual Cristo Rei**, do município de **Pato Branco**, com a oferta de: **Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio**.

Art. 2º - O **Projeto Político Pedagógico** homologado por este Ato de Homologação entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2023, ficando revogado o Ato n.º 109/2022 e disposições em contrário.

Pato Branco, 22 de agosto de 2023.

Marcelo Oltramari

Decreto nº675 – 02/03/2023

Chefe do NRE



ePROTOCOLO



Documento: **ATODOPPPCOLEGIOESTADUALCRISTOREIEFMPATOBranco2023.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Marcelo Oltramari (XXX.312.229-XX)** em 22/08/2023 13:57 Local: SEED/PBC/CH.

Inserido ao protocolo **20.828.845-8** por: **Maria de Fatima Compagnoni Agliardi** em: 22/08/2023 11:14.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
18326479494ac0f550d31a7318c6ff2b.

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO – DEDUC

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR – DPGE

PARECER N° 345/2023- NRE

ASSUNTO: Parecer de Legalidade do Projeto Político-Pedagógico

O Colégio Estadual Cristo Rei – EFM, apresenta o **Projeto Político-Pedagógico** elaborado pela comunidade escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

O Núcleo Regional de Educação de Pato Branco emite o presente Parecer, que resulta da verificação da Declaração de Legalidade n°01/2023, emitida pelo Conselho Escolar da referida Instituição, situada no município de **Pato Branco** e mantida pelo Governo do Estado do Paraná.

O **presente Projeto Político-Pedagógico**, atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n.º9394/96, da Deliberação n.º02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação n.º03/2018-CP/CEE/PR e da Deliberação n.º04/2021-CP/CEE/PR – que versam sobre o Referencial Curricular do Paraná para **Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio**, bem como do Parecer Normativo n.º01/2019 e Parecer Normativo n.º 13/2021 – CP/CEE/PR.

É o Parecer.

Pato Branco, 22 de agosto de 2023.

Núcleo Regional de Educação de Pato Branco

Marcelo Oltramari

Decreto n° 675 – 02/03/2023

Chefe do NRE



ePROTOCOLO



Documento: **PARECERDEHOMOLOGACAODOPPPCOLEGIOESTADUALCRISTOREIEFMPATOBranco2023.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Marcelo Oltramari (XXX.312.229-XX)** em 22/08/2023 13:57 Local: SEED/PBC/CH.

Inserido ao protocolo **20.828.845-8** por: **Maria de Fatima Compagnoni Agliardi** em: 22/08/2023 11:15.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
a9d383fdb0951f468d561a4ef5a0e269.



**NÚCLEO REGIONAL DE PATO BRANCO
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO**

Protocolo: 20.828.845-8
Assunto: PPP 2023 PARA APROVAÇÃO
Interessado: COLÉGIO ESTADUAL CRISTO REI - EFM
Data: 22/08/2023 14:16

DESPACHO

Bom dia!

Segue o protocolado para que seja anexado a ele o Regimento Escolar, a declaração de Legalidade do Regimento e a Ata de aprovação do regimento, pelo Conselho Escolar. Isso feito, reenviar ao núcleo para homologar.

Atenciosamente,
Maria de Fátima